

Geopolítica do minério de ferro brasileiro no entreguerras

Gustavo Barros*

Trabalho apresentado no
18º Seminário sobre a Economia Mineira
Diamantina, 19 a 23 de agosto de 2019

Este trabalho explora as condições no plano internacional no período entreguerras relativas à exploração das amplas reservas de minério de ferro da região central de Minas Gerais e algumas de suas implicações. A historiografia que trata do debate sobre a questão siderúrgica e a exportação de minério de ferro, travado no Brasil entre a década de 1910 e o início da de 1940, pouca atenção deu à diferenciação e ao conflito de interesses entre as potências mundiais quanto à exploração desses recursos minerais. Argumento aqui que essa exploração tinha implicações estratégicas potenciais significativas para o equilíbrio de forças entre as potências europeias no âmbito da configuração que se estabeleceu após o Tratado de Versalhes. Que isso tenha ocorrido teve desdobramentos relevantes para os eventos no Brasil, e nos permite compreender tanto a vinda da ARBED ao país para constituir a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, quanto o surgimento de um discurso abertamente antiexportador da parte de algumas figuras de grande expressão política em Minas Gerais.

Palavras-chave: Entreguerras, Geopolítica, Minério de ferro, Siderurgia

Área: 1. História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica

Geopolitics of the Brazilian iron ore in the interwar period

This work explores the conflict in the international sphere in the interwar period regarding the exploitation of the large iron ore reserves in the central region of the state of Minas Gerais, Brazil, along with some of their implications. The literature that covers the debate about the steel-making problem and iron ore export, which occurred in Brazil from the 1910s to the early 1940s, largely neglected the differentiation of interests and antagonism between the world powers regarding the exploitation of these mineral resources. I argue here that this exploitation had significant strategic potential implications to the balance of power among European powers within the configuration established after the Treaty of Versailles. This circumstance unfolded into relevant events in Brazil, and allows us to understand both that ARBED came to the country to create the Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira and the emergence of an openly antiexport discourse from some prominent politicians from Minas Gerais.

Keywords: Interwar period, Geopolitics, Iron ore, Steel-making

*Professor da Faculdade de Economia da UFJF. Site: <https://gustavo.barros.nom.br/>. Agradeço a Michel Deliberali Marson, a Dominique Santana e aos participantes do 5º Workshop de História Econômica pelos comentários, bem como a Felipe Pereira Loureiro pelas recomendações bibliográficas. Galba di Mambro facilitou-me o acesso aos documentos de sua pesquisa de doutoramento sobre a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, pelo que também agradeço. Esta é uma versão reduzida deste trabalho, para a versão integral, acesse <https://mpira.uni-muenchen.de/92489/>.

Introdução

As possibilidades de exploração econômica das grandes reservas de minério de ferro brasileiras estiveram enredadas em uma série de dificuldades de caráter predominantemente político durante o período que se estende da década de 1910 até o início da de 1940. Em particular, a exploração do minério de ferro para exportação foi atrelada à produção siderúrgica no país por um conjunto de injunções históricas particulares. Este emaranhado tanto obstou a exportação mais sistemática de minério de ferro até a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, quanto condicionou as possibilidades de desenvolvimento siderúrgico do país.

O pomo da discórdia nas discussões residia nas tensões entre certas inclinações do embrionário nacionalismo econômico e as necessidades, reais ou percebidas, de se obter o concurso do capital estrangeiro para os projetos então em pauta nessa área, bem como os requisitos dos grandes importadores internacionais de minério de ferro. De um lado, os interesses “nacionais”, que viam nas enormes jazidas de minério de ferro localizadas em Minas Gerais uma oportunidade e em alguma medida se ressentiam da voracidade com que empresas e indivíduos de outras nacionalidades, mas não só, se dirigiram à aquisição e tentativas de exploração desses amplos recursos naturais. Em suas versões mais ponderadas, este lado da contenda se manifestou num reconhecimento do poder de barganha que essas reservas conferiam ao Brasil, e a Minas em particular, e procurou condicionar a exploração do minério a compensações adequadas pelos interessados. A compensação por excelência exigida dos pretendentes a exportadores durante aquele período foi a construção de uma usina siderúrgica no país, no mais das vezes mais especificamente em Minas Gerais, através da vinculação entre os volumes de exportação e de produção siderúrgica. Esse princípio foi efetivado tanto através da legislação estadual mineira sobre o imposto de exportação de minério de ferro quanto nas concessões realizadas no âmbito federal. Mas a vertente nacionalista também deu lugar à emergência de um discurso abertamente antiexportador, dirigido especialmente ao minério de ferro, que chegou a gozar de certo prestígio e influência em determinados momentos e esferas. De outro lado, os interesses “estrangeiros”, que reconheciam o potencial das reservas minerais brasileiras e mostraram-se dispostos e mesmo ávidos a explorá-las ao ponto inclusive, ao menos em princípio, de acederem às compensações sendo exigidas pelos brasileiros. De fato, como veremos adiante, o Brasil encontrava-se numa posição de potencial fornecedor dessa matéria-prima que era particularmente favorável do ponto de vista dos grandes produtores siderúrgicos que dependiam da importação de minério para abastecerem suas usinas.

Enquanto se desenrolava historicamente, o debate conjunto sobre o problema siderúrgico e a exportação de minério de ferro organizou-se ostensivamente em torno dessa polarização entre interesses “nacionais” e “estrangeiros”. Com o tempo, esse mesmo contraponto foi incorporado praticamente intacto à própria historiografia sobre a questão. Os intérpretes brasileiros desse debate, tipicamente, ecoam a grande desconfiança com relação aos interesses estrangeiros que os contemporâneos alardeavam e que se concentrou sobretudo na famosa empresa inglesa *Itabira Iron Ore Co.* e na figura do empresário norte-americano que esteve à sua frente nas décadas de 1920 e 1930, Percival Farquhar.¹ O interesse estrangeiro, no caso o dos países grandes produtores siderúrgicos, dessa perspectiva, é tipicamente retratado como apenas importar o minério de ferro brasileiro para abastecer a sua própria produção – ou adquiri-lo e entesourá-lo para importação futura – e um desinteresse em promover a produção siderúrgica no Brasil, quando não um interesse ativo em impedi-la.

Já entre os norte-americanos que se dedicaram ao tema transparece com alguma frequência, diante do mesmo cenário, uma certa mistura de incompreensão e indignação que, por vezes, chegou a dar vazão a uma acusação mais ou menos aberta de xenofobia da parte dos brasileiros.² De qualquer forma, tanto uns como outros, mantiveram praticamente todos essa cisão de interesses entre brasileiros e

¹Veja Bastos [1959], pp. 101–51; Soares e Silva 1972, cap. IV e V; Martins 1976, cap. V; Gomes 1983, cap. VII; Luz 1961, pp. 88–89, 190–91; Moreira 2000, pp. 12–24; Silva 1997.

²Veja, por exemplo, Wirth 1970, cap. 4; Gauld 1972, cap. XVI e XVII; Callaghan 1981, cap. 6; Baer 1969, pp. 64–68; Triner 2011, pp. 64–77. Para menções explícitas à “xenofobia” dos brasileiros, veja Wirth 1970, pp. 80–82; Gauld 1972, pp. 285–86; Callaghan 1981, pp. 362–68, 390, 394–95, 398–401.

estrangeiros como elemento estruturante básico de suas análises.³

Que uma dicotomia simplista como essa pudesse ser útil aos contemporâneos em suas contendas – mesmo que, a portas fechadas, eles mostrassem uma inclinação muito maior ao compromisso do que os discursos públicos fariam presumir – é perfeitamente compreensível. Contudo, essa adesão tão generalizada da historiografia a esse eixo analítico implicou na existência de certos escolhos interpretativos, fazendo com que aspectos relevantes dos eventos passassem completamente ao largo do foco de atenções. Este texto se propõe justamente a explorar um desses aspectos, nomeadamente a cisão dos interesses no plano internacional em torno da exportação de minério de ferro brasileiro, e alguns de seus desdobramentos internos, na forma da vinda da ARBED para o Brasil, com a constituição da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, e no correlato surgimento de um discurso abertamente antiexportador da parte de algumas figuras de escol em Minas Gerais. Mais explicitamente, o objetivo deste trabalho é avaliar a importância estratégica, no plano internacional, do principal projeto de exportação de minério de ferro brasileiro que foi articulado no período entreguerras, o projeto Itabira. E examinar como essa configuração particular de interesses, nesse plano, condicionou as ações de alguns agentes chave para o desenrolar dos eventos no Brasil.

Antecedentes

Ainda que o nosso foco seja o período entreguerras, o tratamento de alguns antecedentes é instrumental à adequada compreensão dos eventos de então. A esse respeito, há três coisas a tratarmos. Primeiro, que as reservas de minério de ferro existentes em Minas Gerais já vinham recebendo uma boa dose de atenção desde antes da Primeira Guerra Mundial. A divulgação dos levantamentos feitos em Minas pelo governo brasileiro no XI Congresso Internacional de Geologia, realizado em Estocolmo no ano de 1910, sem dúvida é um marco a esse respeito, mas outros canais de circulação de informação também estiveram em jogo. Segundo, que essas atenções desdobraram-se numa onda de aquisições de jazidas no país predominantemente, ainda que não exclusivamente, por estrangeiros. Embora essa verdadeira “corrida do ferro” tenha se estendido ao longo de toda a década de 1910, a parte crítica das aquisições ocorreu ainda antes do início do conflito. E, terceiro, que em reação a essas circunstâncias, os brasileiros assumiram uma posição clara de condicionar a saída do minério do país ao cumprimento de certas exigências que, do seu ponto de vista, deveriam assegurar que ao país também acrescessem os benefícios dessa exploração.

É importante observarmos que a posição do governo brasileiro, a princípio, envolvia não só uma franca boa vontade frente à participação estrangeira na exploração mineral no país como um esforço ativo de atração do capital estrangeiro para essa finalidade. Uma clara expressão disso foi a criação, em janeiro de 1907, do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil junto ao Ministério da Viação. O novo órgão tinha como finalidade realizar estudos e levantamentos da geologia e mineralogia do país tendo em vista o aproveitamento dos recursos minerais e das águas e promover a sua divulgação “no país e nos principais centros estrangeiros” e prestar informações aos interessados.⁴ Nos termos de Dermeval José Pimenta, o Serviço Geológico e Mineralógico fora criado “destinado, não só a realizar o estudo científico da estrutura geológica, da mineralógica e dos recursos naturais do país, mas ainda a fazer a propaganda sistemática dessas riquezas minerais” (Pimenta 1950, p. 52). A chefia do recém

³Há duas exceções que devem ser ressaltadas a esse respeito, porém. A primeira é a influente tese de John D. Wirth, segundo a qual Vargas foi capaz de manobrar com habilidade as tensões entre EUA e Alemanha, durante o Estado Novo, a ponto de eventualmente ter sido bem sucedido em garantir o apoio norte-americano, na forma em que se deu, para a construção de Volta Redonda (Wirth 1970, cap. 5). O que não impediu o autor, contudo, de empregar o nacionalismo como eixo analítico central em outras partes do seu trabalho, sobretudo para dar conta do comportamento dos brasileiros. A segunda exceção é o interessante trabalho que vem sendo desenvolvido recentemente por Ted Fertik. Ele explora a existência e atuação de indivíduos e organizações nos países industrializados que tinham um interesse econômico na industrialização de países em desenvolvimento, como o setor de bens de capital ou firmas de engenharia, que viam no desenvolvimento industrial desses países um mercado para a sua atuação e que contavam com amplo apoio governamental (Fertik 2014a; Fertik 2014b).

⁴Decreto n. 6.323, 10/01/1907; *BSGM*, n. 2, 1922; Soares e Silva 1972, pp. 49–50; Oliveira 1924, pp. 9–10.

criado Serviço foi entregue a um geólogo de origem norte-americana, ainda que radicado no Brasil, Orville A. Derby (Rady 1973, pp. 73–74). Derby, por sua vez, atribuiu a Luiz Gonzaga de Campos, engenheiro formado numa das primeiras turmas da Escola de Minas de Ouro Preto, a tarefa de estudar as condições geológicas e econômicas das jazidas de ferro na Serra do Espinhaço, que separa a bacia do Rio Doce da do São Francisco, na região central de Minas Gerais.

Em torno desta mesma época, também internacionalmente, as reservas de ferro vinham recebendo particular atenção. Muito importante a esse respeito foi o XI Congresso Internacional de Geologia, realizado em agosto de 1910 em Estocolmo, e que incluiu entre os seus principais temas as “reservas de minério de ferro no mundo” tendo por objetivo a realização de um balanço internacional das reservas disponíveis.⁵ Para este fim, foram realizados inquéritos mundiais e os diversos países, dentre eles o Brasil, foram convidados a apresentar relatórios nacionais. O Brasil não mandou representantes a Estocolmo, no entanto, Orville Derby enviou uma memória – intitulada “The Iron Ores of Brazil” – que havia sido preparada com base nos levantamentos de Gonzaga de Campos para atender ao convite da comissão de organização do Congresso (Derby 2010). Os resultados foram compilados e publicados pelos organizadores do Congresso ainda no ano de 1910. O Brasil figurou nos levantamentos como estando “entre o países que possuem as maiores reservas de minério de ferro do mundo”, com em torno de 5% das reservas totais estimadas (incluindo reservas efetivas e potenciais), sendo reconhecido o minério brasileiro como de alto teor de ferro e com proporção de fósforo notavelmente baixa.⁶

Em retrospecto, chegou a causar espanto a alguns autores a divulgação das reservas brasileiras no Congresso de Geologia de Estocolmo (por exemplo Martins 1976, p. 169). O Serviço Geológico e Mineralógico, porém, cumpria estritamente suas finalidades estabelecidas pelo próprio governo em decreto, sem dúvida tendo em vista a atração de capitais estrangeiros, com o que certamente contribuiu. O que, aliás, estava perfeitamente em linha com as diretrizes governamentais até então, como vimos observando. Note-se ainda que essa atitude francamente favorável à exportação do minério de ferro que demonstrava o governo federal era compartilhada por Minas Gerais, em particular. De fato, o próprio Congresso Mineiro deixava pouca dúvida a respeito quando fixou, ainda em setembro de 1909, o imposto de exportação sobre o minério de ferro em 5 réis por tonelada, sem nenhuma espécie de condicionalidade ou limite associados a essa exportação.⁷ Contudo, essa atitude estava então prestes a mudar substantivamente, tanto em Minas como no âmbito federal. Concretamente, em meio às movimentações internacionais que se seguiram à divulgação dos resultados do Congresso de Geologia, ocorreu, no Brasil, uma verdadeira corrida do ferro, que se manifestou na rápida aquisição de muitas das principais jazidas mineiras por interessados, sobretudo estrangeiros dos grandes países produtores, mas incluindo também alguns brasileiros (Oliveira 1914, pp. 14–15; Gonsalves 1937, pp. 29–40; Barros 2011, pp. 53–55). Do ponto de vista de muitos brasileiros, agravava este impulso de compra de jazidas, especialmente por estrangeiros, o fato da Constituição Brasileira de 1891 não separar a propriedade do solo e do subsolo,⁸ de forma que as jazidas passaram a mãos estrangeiras por simples transações de compra de terra, a preços de terra (Oliveira 1914, p. 14; Martins 1976, p. 169; Bastos [1959], pp. 107–8; Pimenta 1950, p. 22).

Em que pese a indubitável importância do Congresso de Estocolmo, ocorrido em agosto de 1910, na aceleração dos eventos, parte importante desta história o antecede. Ao menos no Brasil, já se conheciam, desde 1881, as estimativas de Henry Gorceix.⁹ Informações, ainda que talvez não tão sistematizadas, já estavam disponíveis internacionalmente em círculos mais restritos pelo menos desde o começo do século (Martins 1976, p. 256). O próprio país já vinha enviando amostras de seus minérios

⁵Sobre o XI Congresso Internacional de Geologia em Estocolmo, seus principais resultados e suas consequências para o Brasil veja Sundquist e Nordlund 2004, pp. 286–87; Oliveira 1914, p. 4; *BSGM*, n. 2, 1922, pp. 74 sqq.

⁶*BSGM*, n. 2, 1922, pp. 75–77; Soares e Silva 1972, pp. 50–51.

⁷Lei n. 493, 11 de set. de 1909, Estado de Minas Geraes, “Fixa as taxas de impostos sobre exportação de alguns artigos [...]”, em *Leg. MG*, 1909, p. 18. A lei tratava igualmente do imposto de exportação sobre madeira, dormentes e cigarros.

⁸Para um tratamento em profundidade da questão, veja Triner 2011, pp. 23–29. Veja também Bastos [1959], pp. 84, 101.

⁹A sua estimativa era de 5 bilhões de toneladas, acrescentando que “não exageraria duplicando este número”, algo muito próximo, aliás, daquilo que foi publicado em Estocolmo (*BSGM*, n. 2, 1922, p. 59; veja também Bastos [1959], p. 107).

ao exterior para análise (Bastos [1959], p. 98). Em particular, uma das mais importantes aquisições, e a que levantaria maiores polêmicas nos anos à frente, bem como a tomada do controle sobre a melhor via férrea para o escoamento dos minérios da região, já haviam ocorrido antes da divulgação dos levantamentos de Gonzaga de Campos em Estocolmo. De fato, já em 1908 a diretoria da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) fora procurada por um grupo inglês que declarou possuir uma opção de compra para as jazidas de ferro na região do “Pico de Itabira”, e que pretendia exercer tal opção caso fosse possível transportar o minério pela EFVM e queriam saber a que preço poderiam contratar o transporte (Pimenta 1950, pp. 54–55, 58; CTEF 1938, pp. 206–10; Gauld 1972, p. 362). A companhia avaliou então a proposta e concluiu, no início de 1909, que se a linha fosse tecnicamente melhorada – incluindo eletrificação, substituição dos trilhos por outros mais pesados, reforço de pontes etc. – ela poderia transportar 3 milhões de toneladas anuais de minério cobrando 8 réis/t.km. Diante disso, o grupo inglês organizou então o *Brazilian Hematite Syndicate* que adquiriu naquele mesmo ano uma opção de compra de mais de 50% das ações da EFVM.

A EFVM, contudo, possuía desde fevereiro 1902 uma concessão, com garantia de juros ouro de 6% e privilégio de zona, para o trecho Vitória-Peçanha-Diamantina, e não para Itabira.¹⁰ A EFVM buscou então junto ao governo a obtenção das concessões necessárias à execução de seus novos planos, que incluíam a mudança de traçado da ferrovia, a obtenção de novas garantias ao capital adicional a ser empregado na eletrificação e aparelhamento da estrada e, por fim, a autorização para a exportação do minério de ferro nos volumes pretendidos. O governo, então presidido por Nilo Peçanha, não se opôs às solicitações da companhia, e o contrato foi aprovado em dezembro de 1909, no qual ficou autorizada a exportação média de 3.000.000 t/ano de minério, e foi fixado um teto de 8 réis/t.km para o seu frete.¹¹ Com o novo contrato assinado, o *Brazilian Hematite Syndicate* exerceu então suas opções ao longo do primeiro semestre de 1910, assumindo a posse das principais jazidas de Itabira, bem como o controle da EFVM (Pimenta 1950, pp. 22, 58). Em 1911, o *Brazilian Hematite Syndicate* foi ainda incorporado por uma nova empresa, a *Itabira Iron Ore Company, Limited*, registrada em Londres, e que recebeu autorização para funcionar no Brasil em junho desse mesmo ano.¹² Nesta ocasião, entraram no negócio outros interesses britânicos, nomeadamente, o banqueiro Ernst Cassel e a *Baring Brothers*. Ao que tudo indica, Cassel assumiu a frente da companhia. A aquisição das jazidas na região de Itabira pelo *Brazilian Hematite Syndicate* foi importante mas, a esse respeito, foi uma entre muitas outras que vieram a ser realizadas nos anos seguintes. O controle sobre a EFVM, contudo, foi um evento crucial na definição dos acontecimentos posteriores, pois esta ferrovia consistia, sem dúvida alguma, na melhor via de acesso à região ferrífera de Minas Gerais. Mais precisamente, a zona privilegiada da EFVM garantia o controle sobre a via de acesso ao minério que oferecia as melhores condições econômicas de transporte. A única outra via de acesso viável existente era a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Contudo, a diferença de relevo entre os territórios cruzados pelas duas ferrovias dava clara vantagem à EFVM. Notadamente, enquanto a EFCB tinha que cruzar o maciço da Serra da Mantiqueira, o trajeto da EFVM acompanhava o vale do Rio Doce, sendo portanto muito menos acidentado. Consequência disso é que a EFVM tinha condições de realizar o transporte do minério a preços menores e em maiores quantidades que a EFCB.

Esse conjunto de eventos suscitou uma reação por parte dos brasileiros que se materializou claramente no ano de 1910 e que denotava já uma outra atitude frente à exportação de minério de ferro, distinta da que prevalecera até então. Essa nova posição viria a presidir, com variações, as discussões e negociações pelas próximas décadas. Essencialmente, a partir desse momento, o país passa a exigir compensações pelas concessões associadas à exportação de minério de ferro, que assumiram diversas formas, mas que se concentraram simbolicamente numa: a produção siderúrgica no país como contrapartida da

¹⁰Decreto n. 4.337, 1 de fev. de 1902, “Confirma á Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas a concessão [...]”.

¹¹Decreto n. 7.773, 20/12/1909, em *DO*, 14/01/1910, p. 350. A autorização para o transporte do minério, ao menos contratualmente, era mais bem implícita, na verdade. Rigorosamente, a capacidade da ferrovia é especificada em 3.000.000 t/ano e a exportação do minério de ferro deveria cobrir as garantias ao capital necessário para as melhorias.

¹²Gauld 1972, p. 362; Decreto n. 8.787, 16/06/1911, em *DO*, 25/06/1911, pp. 777–88.

exportação do minério. Num certo sentido, foi em 1910 que o Brasil descobriu o poder de barganha que as suas enormes reservas de minério de ferro lhe conferiam. Minas Gerais, em particular, descobriu a mesma coisa. Foi então que o país abandonou a atitude pregressa de buscar ativa e humildemente interessar os capitais estrangeiros e assumiu o comportamento de alguém que é cortejado por vários interessados. E não precisamos mais do que oferta e demanda para entender essa mudança.

Já em maio de 1910, o presidente Nilo Peçanha baixou o decreto n. 8.019 concedendo favores àqueles que se propusessem a montar no país estabelecimentos siderúrgicos, com fornos de ferro-gusa de capacidade mínima a especificar, instalações de refino, de laminação etc.¹³ Os benefícios previstos incluíam facilidades de transporte, redução de fretes para matérias-primas e produtos nas estradas de ferro da União, isenções e preferência de consumo para os produtos das usinas nas obras da União. O decreto de Peçanha foi considerado – à época e mais tarde, na historiografia – como sinal de iniciativa do governo em favor da siderurgia, o que certamente também era, e cujos efeitos potencialmente benéficos foram frustrados pelo infortúnio do conclave mundial alguns anos depois (Carvalho 1919, p. 145; Soares e Silva 1972, p. 55; Baer 1969, p. 57; Wirth 1970, p. 75; Bastos [1959], pp. 101–2; Luz 1961, pp. 188–89). Examinado atentamente, contudo, tal decreto revela ter pronunciado caráter reativo, no caso, reativo às concessões obtidas pelo *Brazilian Hematite Syndicate*, por intermédio da EFVM, em seu contrato de dezembro do ano anterior. De fato, o conteúdo do decreto 8.019/10 era composto de dois elementos essenciais. Por um lado, ele destinava-se a generalizar as condições que estavam sendo oferecidas pelo governo à EFVM e, por outro, ele vinculava a siderurgia à exportação de minério de ferro. Centralmente, seu artigo 1º garantia a “redução de frete nas estradas de ferro da União, para o transporte das matérias-primas e dos produtos elaborados sobre as seguintes bases: [...] 8 réis por tonelada-quilômetro para o minério de ferro, destinado à exportação ou às usinas, em expedições por vagões completos; [...]” Ou seja, a título de incentivar a siderurgia no país, o decreto oferecia *fretes subsidiados para a exportação de minério de ferro, a preço idêntico* àquele que a EFVM pretendia atingir através de sua eletrificação e aparelhamento, e mais, implicitamente dava a autorização para exportar o minério.

A lei n. 533 do estado de Minas Gerais, de setembro de 1910, já era mais explícita a respeito do que passaria a estar em jogo.¹⁴ A lei aumentava o imposto de exportação sobre o minério de ferro de 5 réis por tonelada – valor este que havia sido fixado no ano anterior, como vimos – para 200 réis por tonelada. Contudo, as duas primeiras fábricas para redução de minério de ferro que se fundassem *dentro do Estado*, com capital de pelo menos 2 mil contos de réis, ficariam isentas por cinco anos do imposto sobre o minério para exportação de até 500 mil t/ano. Vale dizer, o imposto de exportação era multiplicado por 40, mas as empresas que se dispusessem a realizar a produção siderúrgica em território mineiro teriam isenção desse imposto, até um certo limite do volume exportado. Aqui já está claramente colocada a posição de condicionar a exportação do minério de ferro à uma contrapartida na forma da instalação de uma usina siderúrgica em Minas Gerais e, apenas por extensão, “no país”.

Diversas foram as concessões feitas nos termos do decreto 8.019/10, bem como nos do correlato decreto 2.046/11 promulgado no ano seguinte.¹⁵ A primeira, e mais importante, foi dada em dezembro de 1910 a Carlos Wigg e Trajano de Medeiros, que se comprometiam a construir uma usina de 150.000 t/ano, tendo como contrapartida a garantia do governo para o transporte pela EFCB, a fretes subsidiados, de 1.500.000 t/ano de minério de ferro para exportação, além de prêmios por fabricação e de garantia de consumo pelo governo.¹⁶ O apoio mineiro ao contrato ficou desde logo caracterizado pela circunstância de que a aprovação pelo Congresso da requisição de Wigg e Medeiros para a obtenção de prêmios

¹³Decreto n. 8.019, 19/05/1910.

¹⁴Lei n. 533, 24/09/1910, MG, em *Leg. MG*, 1910, pp. 23–37, art. 9º e 10º.

¹⁵O governo editou em janeiro de 1911 um outro decreto de teor e escopo similares (Decreto n. 2.046, 11/01/1911).

¹⁶Decreto n. 8.414, 07/12/1910; Decreto n. 8.579, 22/02/1911, em *DO*, 24/02/1911, pp. 2125–27; CPDOC – EMS d 1911.09.00, doc. I–01. Para as demais concessões, veja Decreto n. 8.557, 15/02/1911; Decreto n. 8.558, 15/02/1911; Decreto n. 9.059, 25/10/1911; Decreto n. 9.295, 03/01/1912; Oliveira 1934, pp. 361–62. Ademais, além das concessões para essas empresas que pretendiam exportar minério, foram dadas algumas concessões de estradas de ferro para o mesmo fim (Pedro Nolasco apud CTEF 1938, p. 210).

por produção e de garantia de consumo, concedidos pelo decreto 8.579/11, fora baseada num parecer do Dr. Costa Sena, então diretor e lente de mineralogia da Escola de Minas de Ouro Preto.¹⁷ De fato, esse apoio seria formalizado na lei estadual mineira n. 572, de setembro de 1911.¹⁸ A lei autorizava o governo do Estado a contratar com Wigg e Medeiros a instalação no Estado de Minas Gerais da usina prevista na concessão federal obtida pelos empresários, concedendo para este fim diversos favores, entre os quais se destacava a isenção de imposto de exportação durante 5 anos, nos termos da lei 533/10, para a exportação de minério de ferro. Para além das isenções previstas na lei 533, a lei 572 previa ainda alíquotas reduzidas, mas gradualmente ascendentes, sobre a exportação de minério pelos 25 anos seguintes. Como previsto na lei 533, o volume anual de exportação ficava limitado a um máximo de 500 mil toneladas. Contudo, a lei 572 introduzia explicitamente uma proporcionalidade entre a produção da usina e a exportação de minério, esta não poderia exceder dez vezes aquela. Por fim, o Estado reservava-se explicitamente o direito de conceder a outras empresas favores equivalentes, o que sublinhava mais uma vez o interesse mineiro em travar negócios com contornos similares.

No início de 1912, considerado o conjunto de concessões dos anos anteriores, o governo federal havia autorizado a exportação de 5.900.000 toneladas anuais de minério de ferro, garantido o transporte pelas ferrovias federais de 2.900.000 destas ao preço de 8 réis/t.km, tendo como contrapartida a construção de 6 usinas siderúrgicas de capacidade produtiva conjunta de 302.000 toneladas anuais, das quais 150.000 contavam com prêmios de produção, bem como dado concessões para a construção de novas ferrovias para a exportação de minério de ferro. Com exceção da concessão feita à EFVM, que antecederia o decreto 8.019/10, todas as demais concessões condicionavam a exportação de minério de ferro à produção siderúrgica no país, sempre na proporção de um para dez.¹⁹ Em suma, a partir desse momento se institucionalizou a posição brasileira de aceder à exportação do minério de ferro apenas mediante adequada compensação, na forma da produção siderúrgica no país. Os mineiros, em particular, assumiam a mesma posição, se é que não a lideravam, e faziam as mesmas exigências, apenas sendo mais específicos a respeito da localização requerida das usinas.

As duas concessões mais importantes feitas nesse período foram a para a EFVM, controlada pela *Itabira Iron*, e a concessão a Carlos Wigg e Trajano de Medeiros, que resultou pouco depois na Companhia Siderúrgica Brasileira. Já no período anterior à Primeira Guerra, tanto a *Itabira* quanto a Companhia Siderúrgica Brasileira encontraram relevante resistência dentro do próprio país e tiveram, sem dúvida, seus projetos frustrados, pelo menos temporariamente. Foram levadas de roldão pela reação todas as iniciativas siderúrgicas, por artificiais que fossem, que surgiram na onda da exportação do minério de ferro. Em que pese a contingência da Guerra, é duvidoso que qualquer dos projetos tivesse sido bem-sucedido na sua ausência, dada a situação que se configurara internamente já desde antes dela. Ainda assim, a contingência da Primeira Guerra encarregou-se da expiração dos prazos firmados nos contratos e, em parte, ofereceu a oportunidade para um novo começo, mas ainda profundamente marcado pelos termos do período pré-Guerra. De fato, os dois principais contratos assinados nos governos de Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca continuavam a vigorar no final da década de 1910. Assim, do ponto de vista dos brasileiros, uma vez encerrados os conflitos mundiais, o final da década de 1910 e a década de 1920, reeditariam, com ânimo revigorado, muitos dos dilemas que haviam sido postos naquele momento anterior. Contudo, as transformações políticas no plano internacional resultantes da Guerra e seus desdobramentos provocaram uma verdadeira mutação no significado que a exploração das reservas de minério de ferro brasileiras possuíam, neste âmbito.

O período entreguerras foi marcado pelos confrontos e debates em torno da *Itabira Iron Ore Co.* e de seu projeto de exportação de minério de ferro em grande escala pela EFVM. O “caso Itabira” dominou a cena de praticamente todo o debate siderúrgico daí em diante. Como notamos na Intro-

¹⁷Costa Sena, parecer, 28/01/1911, em Oliveira 1914, pp. 86–91.

¹⁸Lei n. 572, 19/09/1911, MG, em *Leg. MG*, 1911, pp. 117–19.

¹⁹Rigorosamente, a concessão da EFVM exigia que a companhia construísse uma diminuta usina, de capacidade de 1000 t mensais (Decreto n. 7.773, 20/12/1909, em *DO*, 14/01/1910, p. 350). Porém, não havia nenhum vínculo contratual que estabelecesse qualquer proporcionalidade entre a produção e os volumes de exportação. E mesmo essa usina passou a ser facultativa com a revisão do contrato da EFVM em 1916 (Decreto n. 12.094, 07/06/1916).

dução, a historiografia se centrou, na interpretação das tensões associadas à exportação do minério de ferro brasileiro, no contraponto entre os interesses nacionais e estrangeiros. A meu ver, porém, a adequada compreensão do assunto passa por buscar o significado que teria o projeto Itabira para o mercado internacional de minério de ferro, caso tivesse sido bem-sucedido, na conjuntura do período entreguerras.

A Itabira Iron e o mercado internacional minério de ferro no entreguerras

Estando os prazos para as construções da EFVM prorrogados desde o novo contrato de 1916, Ernst Cassel deixou o Brasil em 1918, retirando-se dos negócios (Gauld 1972, pp. 282–84; CTEF 1938, pp. 210–11). Seus interesses na *Itabira* foram vendidos a um grupo de banqueiros e siderurgistas ingleses, que por sua vez passou a procurar por um comprador norte-americano. Em meados de 1919, Gordon Leith foi a Nova Iorque representando o grupo inglês e, depois de tentar junto à *Bethlehem Steel* e à *United States Steel*, dirigiu-se por fim a Percival Farquhar, empresário norte-americano que possuía experiência de negócios no Brasil e na América Latina.²⁰ Por essa época, em julho de 1919, Epiácio Pessoa, já eleito presidente no Brasil, passou por Nova Iorque em visita ao governo norte-americano no seu retorno da Conferência de Paz, em Paris, tendo sido então procurado por Farquhar (Gauld 1972, p. 284; Pessoa 1957, p. 325; CTEF 1938, pp. 211–12; Martins 1976, pp. 172–73; “A Itabira Iron Ore”, em *OEF*, n. 17, 06/1937, pp. 41–54, esp. p. 42). Este fez uma proposta a Pessoa, que a esta altura era já uma fórmula conhecida. Em síntese, tratava-se da construção de uma estrada de ferro em condições técnicas especiais ligando Itabira ao porto de Santa Cruz pelo vale do Rio Doce para a exportação de minério de ferro e de uma usina siderúrgica a operar com carvão importado no frete de retorno do minério. Epiácio Pessoa interessou-se pela proposta, e os entendimentos que daí se seguiram vieram a resultar no famoso contrato de maio de 1920, o contrato Itabira, como ficou conhecido.²¹

Materialmente, a proposta era efetivamente muito similar àquilo a *Itabira Iron* havia concebido e planejado no início da década, antes da entrada de Farquhar. Tratava-se de melhorar tecnicamente as condições da EFVM, incluindo a eletrificação e a construção de um ramal em direção a Santa Cruz, onde o minério seria embarcado, de forma a que a ferrovia pudesse realizar um frete competitivo para grandes volumes de minério de ferro destinados à exportação, a finalidade manifesta do empreendimento. Mas havia um número de elementos novos envolvidos nos acordos, dentre os quais nos interessa, particularmente, que a *Itabira* obrigava-se a construir uma usina siderúrgica, não mais de dimensões simbólicas, mas para produzir no mínimo 150.000 t/ano, de vergalhões, barras, chapas, vigas, trilhos e perfilados, sendo prevista a sua progressiva ampliação. Além disso, o contrato ficava condicionado ao acordo e a um contrato adicional com o governo de Minas Gerais. O que Minas queria em troca de sua aquiescência foi deixado, mais uma vez, cristalino com a lei estadual n. 750, de setembro de 1919, segundo a qual o imposto de exportação estadual do minério de ferro foi aumentado para o valor bastante elevado de 3\$000 por tonelada, porém, uma redução deste imposto para 30 réis seria concedida àquelas empresas que estabelecessem *em território mineiro* usinas siderúrgicas transformando pelo menos 5% do minério a ser exportado.²² Tal preceito, como vimos, já se manifestara nas concessões anteriores à Guerra. De fato, o mecanismo utilizado era essencialmente o mesmo, tal como consubstanciado na lei 533/10, discutida acima. Se alguma mudança na posição mineira era denotada pela lei 750/19 era no sentido de uma relativa flexibilização da exportação. Isso transparece nos prazos maiores de isenção fiscal – vinte anos, ao invés de cinco – na menor proporção obrigatória entre a produção e a exportação – 5%, ao invés de 10% – e na eliminação da limitação explícita do volume de exportação. Em todo

²⁰Veja Gauld 1972, pp. 348–49, passim; Martins 1976, pp. 172, 256–57; Luz 1961, pp. 89–90.

²¹Decreto n. 14.160, 11/05/1920; *DO*, 03/06/1920, pp. 9447–50. Veja também, para descrições da época, de ambos os lados, Pessoa 1957, pp. 321–40; Pires do Rio 1926b, pp. 248–59, passim; *DCN*, sup. n. 109, 09/09/1928, pp. 20–110; Oliveira 1924. Para interpretações posteriores, veja Soares e Silva 1972, pp. 76–79; Martins 1976, pp. 172–74.

²²Lei n. 750, 23/09/1919, MG, em *Leg. MG*, 1919, p. 49; veja também Oliveira 1934, pp. 47–48, 60, 77.

caso, observa-se claramente que a posição brasileira no imediato pós-Guerra, e a posição mineira em particular, era essencialmente aquela que já havia se configurado a partir de 1910, e de que tratamos acima: uma atitude francamente favorável à exportação do minério de ferro, mas com a exigência de compensações adequadas, na forma sobretudo da produção siderúrgica no país.

Contudo, quando o contrato entre o governo federal brasileiro e a *Itabira Iron* foi assinado, em maio de 1920, não fazia muito tempo que o mercado internacional de minério de ferro havia sido substantivamente reconfigurado pelo Tratado de Versalhes, que determinou o retorno da Alsácia e da Lorena à França, juntamente com as suas ricas reservas de minério, privando a Alemanha da fonte de aproximadamente três quartos da sua produção de minério de ferro anterior. Quatro países dominavam então o cenário siderúrgico mundial: os EUA, a Alemanha, a Inglaterra e a França.²³ Apenas esses quatro grandes produtores foram responsáveis, entre 1909 e 1913, por 84% da produção mundial de ferro-gusa e por 81% da de aço. Entre 1920 e 1938, produziram 73% do ferro-gusa mundial e 74% do aço. Possuíam também produções expressivas a Rússia antes da Primeira Guerra, a Bélgica e Luxemburgo. A U.R.S.S., sob os impactos da guerra e da revolução, só retomaria sua posição gradualmente ao longo da década de 1920, assumindo porém um lugar entre os grandes produtores na década seguinte. O Japão, também gradualmente ao longo das décadas de 1920 e 1930, atingiu uma produção expressiva, rivalizando com a Bélgica e Luxemburgo após os anos da Depressão. Esses oito países controlaram, entre 1920 e 1938, pouco menos de 90% da produção siderúrgica mundial, tanto da de ferro-gusa, como da de aço.

Considerado o período entreguerras, havia substanciais diferenças entre os grandes países produtores no que dizia respeito às suas capacidades de abastecimento de minério de ferro para suprir suas produções. Uma primeira aproximação poder ser obtida a partir da figura 1, que nos apresenta uma estimativa para as necessidades externas de minério de ferro dos quatro maiores produtores siderúrgicos mundiais. Apesar das limitações dessa estimativa, o gráfico nos mostra algumas das características centrais do mercado internacional de minério. Os EUA, embora fossem o maior produtor siderúrgico mundial com folga, produziam internamente minério de ferro o bastante para dar conta de muito das suas necessidades. A França era um claro exportador de minério, produzindo quantidades maiores do que as que consumia. A Inglaterra, por sua vez, dependia em boa medida de minério importado, bem como, em ainda maior grau, a Alemanha.

Do lado da oferta, a França era, de fato, um dos grandes exportadores mundiais de minério. Ao lado de outros importantes como a Suécia, a Espanha, o Norte da África (Argélia, Tunísia, Marrocos), o Chile entre outros. No entanto, interessa-nos mais, dado que o Brasil colocava-se como um potencial exportador, examinar o lado da demanda no mercado internacional de minério de ferro.

Os EUA, de fato, abasteciam-se principalmente pela própria produção, mas constituíam ainda assim um mercado importante para o minério de ferro, de em torno de 2,5 milhões t/ano em tempos normais, o que correspondia a aproximadamente 4% de suas necessidades.²⁴ As importações de minério norte-americanas eram supridas sobretudo pelo Chile e por Cuba, onde a *Bethlehem Steel* possuía algumas minas. Em 1936, por exemplo, 59% das importações norte-americanas foram atendidas por esses dois países, figurando ainda na lista de fornecedores a Suécia, o Canadá, o Norte da África, a U.R.S.S., a Espanha entre outros.

Situação similar, presumivelmente ainda mais acentuada, dava-se com a U.R.S.S. que, embora fosse um produtor siderúrgico de importância não possuía expressão equivalente no comércio internacional de minério dada a sua capacidade para o autoabastecimento desse insumo, bem como o seu relativo isolamento econômico.

²³Dados de produção de ferro-gusa, aço e minério de ferro por país no período estão disponíveis no *Statistical Year-book of the League of Nations*. Dados referentes ao período anterior à Primeira Guerra Mundial podem ser encontrados em Carvalho 1919, pp. 17–20. Uma compilação desses dados encontra-se nas tabelas VIII.19 a VIII.23 de Barros 2011, pp. 228–32.

²⁴*Statistical Year-book of the League of Nations*; “Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, p. 51; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, p. 19.

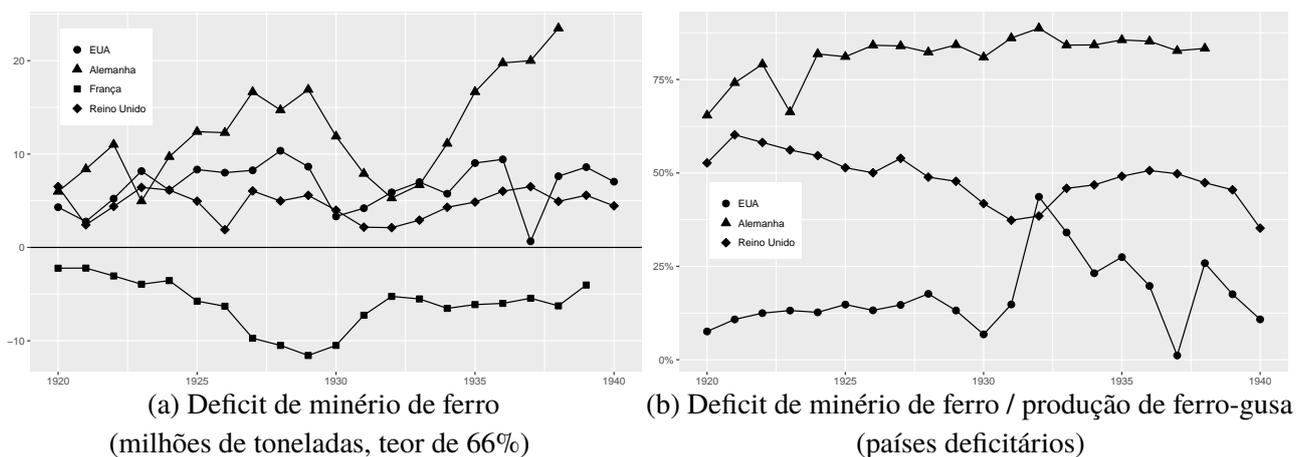


Figura 1: Necessidades externas de minério de ferro, principais produtores siderúrgicos, 1920–1940.

Fonte: Estimado a partir dos dados de *Statistical Year-book of the League of Nations*.

Nota: O deficit de minério de ferro foi estimado como a diferença entre a produção de ferro-gusa e ferro-liga e o conteúdo metálico da produção de minério de ferro por cada país, posteriormente normalizada para o equivalente em minério de ferro de teor de 66%. A razão entre o deficit de minério e a produção de ferro-gusa considera igualmente o conteúdo metálico.

A Bélgica, apesar do volume intermediário de produção siderúrgica, era um mercado importante para o minério de ferro, pois sua produção doméstica desse insumo era praticamente ausente. Essa importação era, contudo, quase integralmente suprida pela França. Luxemburgo possuía jazidas de minério e as explorava, sendo capaz de atender com isso boa parte de sua produção siderúrgica. A *Société Minière des Terres Rouges*, acionista da siderúrgica belgo-luxemburguesa ARBED, que será alvo de nossas atenções adiante, possuía grandes jazidas de minério de ferro na França. Em 1937 e 1938, por exemplo, a união alfandegária Bélgica-Luxemburgo importou respectivamente 12,4 milhões t e 9,4 milhões t de minério de ferro, sendo 92% desse volume atendido pelo vizinho francês. Nesses anos forneceram também a esses países, a Suécia e, em menores proporções, a Noruega e a Argélia.²⁵

A Inglaterra era simultaneamente um grande produtor siderúrgico e um grande importador de minério de ferro, ainda que produzisse uma parcela substantiva, grosso modo a metade, do minério de que necessitava, o que é evidenciado pela tabela 1, que apresenta os dados de que dispomos sobre a produção e as importações inglesas de minério. A Inglaterra tinha como principais fornecedores a Espanha, o Norte da África (Tunísia, Argélia) e a Suécia, bem como, em menores proporções, a França e a Noruega, entre outros. Durante a Guerra Civil Espanhola, a exportação de certas regiões produtoras ficou impedida, tendo então a sua demanda se deslocado em boa parte para o Norte da África.

A tabela 2 nos mostra que a Alemanha, por sua vez, era aquele dos grandes produtores siderúrgicos mais dependente da oferta externa de minério de ferro e era, de fato, o maior importador mundial. A Suécia era seu principal fornecedor, sendo responsável por mais da metade das necessidades alemãs de minério de ferro. A França e a Espanha também forneciam à Alemanha montantes relevantes, além de, em menor escala, a Noruega, a Argélia, Luxemburgo entre outros. Como vemos, a Alemanha dependia de importações para suprir pouco menos de 80% do conteúdo metálico necessário à sua produção siderúrgica. A fragilidade de sua posição tornava-se ainda mais evidente quando, durante a Guerra Civil Espanhola, sua demanda deslocou-se sobretudo para a França. Mesmo antes da Primeira Guerra, a Alemanha já dependia de importações para suprir de minério de ferro a sua siderurgia (veja Oliveira 1934, p. 82). E a França já era uma exportadora de minério. No entanto, o impacto do Tratado de Versalhes sobre a siderurgia alemã foi verdadeiramente arrasador, em função da redistribuição de recursos relevantes a esse setor decorrentes do retorno da Alsácia e da Lorena à França bem como, até o início de 1935, da administração do Sarre pela Liga das Nações. O território de que ficou privada a Alemanha pelo Tratado, havia sido responsável, no período imediatamente anterior à Primeira Guerra,

²⁵CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, p. 16.

Tabela 1: Produção e importação de minério de ferro pela Inglaterra, 1923, 1934–1937

	produção (mil t)	importação (mil t)	conteúdo metálico		
			produção (mil t)	importação (mil t)	$\frac{\text{importação}}{\text{consumo aparente}}$ (%)
1923	11 050	5 700	3 315	2 878	46
1934	10 757	5 171	3 227	2 830	47
1935	11 070	5 475	3 321	3 066	48
1936	12 900	6 056	3 872	3 391	47
1937	14 436	7 151	4 333	4 005	48

Fontes: Calculado ou estimado a partir de *Statistical Year-book of the League of Nations*, para dados de produção e conteúdo metálico; e, para dados de importação, “Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, p. 53; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, pp. 7, 9.

Tabela 2: Produção e importação de minério de ferro pela Alemanha, 1923, 1935–1937

	produção (mil t)	importação (mil t)	conteúdo metálico		
			produção (mil t)	importação (mil t)	$\frac{\text{importação}}{\text{consumo aparente}}$ (%)
1923	5 014	10 800	1 664	5 551	77
1935	5 852	14 060	1 849	6 752	79
1936	6 384	18 469	2 259	8 870	80
1937	8 361	20 620	2 759	9 902	78

Fontes: Calculado ou estimado a partir de *Statistical Year-book of the League of Nations*, para dados de produção e conteúdo metálico; e, para dados de importação, “Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, p. 53; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, pp. 11–12; Vereinigte Stahlwerke, “Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien”, 25/03/1937, BArch, R 901/115330, p. 1.

por 74% da produção de minério de ferro, 34% da produção de ferro-gusa e 38% da produção de aço alemãs (*Statistical Year-book of the League of Nations*, 1926, pp. 85–87).

Está fora de questão aqui discutirmos os méritos das pretensões de qualquer dos dois países sobre a região. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer a importância desse remanejamento de recursos do setor siderúrgico na economia do Tratado de Versalhes, e na geopolítica do período entreguerras. Em que pesem as disputas históricas em torno da região, esse resultado não era mero subproduto de um remanejamento de territórios. Essa transferência era, concretamente, um elemento estratégico importante, ao lado de outros, para aquelas dentre as potências vitoriosas que, sob a liderança da França, queriam ver uma Alemanha enfraquecida e sob controle após a Guerra (Boemeke, Feldman e Glaser 1998, pp. 92–93). Tendo em vista o grau de dependência externa da Alemanha para o seu suprimento de minério de ferro, bem como o perfil de seus principais fornecedores, tratava-se de um instrumento de peso. Anos mais tarde, a invasão da Noruega e da Dinamarca no início da Segunda Guerra Mundial teve como relevante motivação, entre outros objetivos estratégicos, assegurar os canais de exportação do minério de ferro sueco para a Alemanha (Evans 2009, “The work of providence”, § III; Weinberg 1994, pp. 119–20). Tampouco está longe de ser apenas simbólica a circunstância de que, na esteira da Segunda Guerra, os esforços de unificação europeia tenham sido assentados sobre a pedra fundamental da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, de 1951 (Fontaine 2000, pp. 10–22).

Em todo caso, essa configuração que acabamos de caracterizar presidiu a estrutura do mercado mundial de minério de ferro durante todo o período aqui em consideração, durante o qual se discutiu o

Tabela 3: Dimensão e composição da demanda internacional por minério de ferro, 1923, 1936

	minério de ferro				conteúdo metálico			
	importação (mil t)		teor metálico (%)		importação (mil t)		participação (%)	
	1923	1936	1923	1936	1923	1936	1923	1936
EUA	2 100	2 268	57	57	1 200	1 296	10,2	7,8
Inglaterra	5 700	6 056	50	56	2 878	3 391	24,4	20,3
Alemanha	10 800	18 469	51	48	5 551	8 870	47,1	53,1
Bélgica	6 215	10 299	35	31	2 148	3 161	18,2	18,9
				Total	11 778	16 718		
				Equivalente em minério de 66%	17 845	25 330		

Fontes: Estimado a partir dos dados de *Statistical Year-book of the League of Nations*; “Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, pp. 51, 53; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, pp. 7, 9, 19; Vereinigte Stahlwerke, “Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien”, 25/03/1937, BArch, R 901/115330, p. 1.

Notas: As cifras para os EUA não são referentes a 1923, mas a 1924. Na ausência de dados para a importação da Bélgica, foi assumido que ela importava o conteúdo metálico em montante igual à sua produção de ferro-gusa com o teor do minério francês produzido no respectivo ano.

problema siderúrgico brasileiro em geral, e o caso Itabira em particular. De fato, ainda na segunda metade da década de 1930, esse era o fato singular de maior importância a pautar a atuação do maior mercado importador de minério de ferro.²⁶

Por fim, dadas as caracterizações dos principais importadores, uma visão geral da demanda internacional por minério de ferro pode ser obtida na tabela 3. Globalmente, o mercado internacional de minério de ferro possuía a dimensão estimada de 17,8 milhões t/ano em 1923 e de 25,3 milhões t/ano em 1936, considerado um minério de ferro de teor metálico equivalente ao brasileiro, de em torno de 66%. Digamos 20 milhões t/ano em meados da década de 1920 e 30 milhões t/ano em meados da década de 1930, neste grau de precisão não há porque nos furtamos aos números redondos, e assim acomodamos um pouco também os importadores menores, que ficaram de fora da estimativa. A Alemanha era responsável por em torno de metade dessa demanda, a Inglaterra por pouco mais de um quinto, a Bélgica por pouco menos de um quinto e os EUA por em torno de um décimo. Considerando, ainda, que a Bélgica e os EUA possuíam fornecedores em boa medida cativos, não era difícil a qualquer conhecedor do mercado prever para onde se dirigiria o minério de um projeto de exportação em larga escala. Os analistas brasileiros não eram exceção. A própria Comissão dos Onze, organizada durante o Governo Provisório para revisar o contrato Itabira não exitava em apontá-lo: “Concluimos, assim que o mercado mundial importador de minério de ferro verdadeiramente se acha concentrado na Inglaterra e na Alemanha.”²⁷ Ao que acrescento: especialmente na Alemanha. Os mercados, e sobretudo certos mercados, por vezes são muito menos impessoais do que à primeira vista possa parecer.

Ademais, se a Alemanha era o destino presumível e presumido da pretendida exportação de minério brasileiro, também o Brasil era um fornecedor potencial singular do ponto de vista da Alemanha. Em 1937, a *Vereinigte Stahlwerke*, num memorial sobre o fornecimento de minério de ferro à Alemanha pelo Brasil, depois de percorrer as alternativas à disposição, assim se referia à importância do minério brasileiro para a Alemanha:

Agora como antes, permanece a Suécia o nosso principal fornecedor de minério, e as mineradoras suecas estão muito conscientes dessa posição de poder, ainda que não se possa dizer que eles, até o

²⁶Veja, por exemplo, *Vereinigte Stahlwerke*, “Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien”, 25/03/1937, BArch, R 901/115330, p. 1.

²⁷“Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, p. 52.

momento, tenham-na usado de forma desleal. Ainda assim a nossa posição é fraca. [...]

Não se deve afastar que essas duas fontes de abastecimento [a Suécia e a Espanha] fluam de forma verdadeiramente não confiável e também insuficiente nas atuais relações políticas. Sabidamente o governo nacional espanhol só pode entregar uma parte do minério da Espanha. A maior parte das reservas espanholas (Bilbao) situa-se ainda na Área Vermelha. Mas mesmo prevendo-se que as relações na Espanha em breve voltem ao normal, a Alemanha terá em todo caso que dividir as reservas espanholas com outros países. Também a Espanha tem menos interesse na exportação de minério que na de alguns de seus produtos agrários.

O contorno do intercuro comercial com a França, especialmente o fornecimento de minério de ferro por esse país, continuará por tempo indeterminado fortemente gravado pela dimensão política; as necessidades de *Minette* do Sarre terão além disso prioridade sobre as outras necessidades de fornecimento.

Possibilidades de fornecimento de minério de qualidade por países do império britânico, que só podem ser pagos em divisas, permanecerão sempre inseguras e são, sobretudo no que diz respeito à quantidade, não muito significativas.

Por todos esses motivos particulares, e em geral tendo em vista a elevada e crescente necessidade de minério de ferro no mundo todo, com a progressiva escassez de minérios de alto teor e a tendência de crescimento contínuo do mercado de minério, parece uma obrigação imperiosa providenciar uma nova fonte de minério de suficiente capacidade para a Alemanha, que nos assegure no futuro uma posição mais forte e que preencha algumas lacunas em termos de quantidade e qualidade nas possibilidades correntes de suprimento. Para isso entra em consideração apenas um país, com o qual nós temos um intercâmbio comercial suficientemente grande, de forma que um abastecimento seguro e regular possa ser garantido.

Na tentativa de nos tornarmos independentes do suprimento estrangeiro de minério pela aquisição e exploração de reservas de minério estrangeiras de primeira classe, desde antes da Guerra procuramos criar uma base de minério ampla. Para uma tal base, pelo tamanho, pela qualidade, pela situação geográfica e pela neutralidade política, entrou em consideração em primeiro lugar o Brasil. Por isso, já desde 1910, conjuntamente com a *Hoesch-KölnNeuessen A.G.*, nós executamos estudos durante muitos anos, que conduziram por fim a aquisições de jazidas apropriadas.²⁸

Era esse, portanto, o cenário internacional no qual o projeto Itabira pretendia se lançar. Mas – é importante que tenhamos um senso de proporção – qual era o tamanho do projeto Itabira? Qual a sua capacidade de exportação planejada? E a potencial? Havia duas espécies de limites incidindo sobre a capacidade de exportação da companhia: a capacidade de transporte da linha férrea e limitações legais ou contratuais. Do ponto de vista do transporte, a EFVM teve três projetos ao longo do período: o projeto de eletrificação e melhorias feito por Emilio Schnoor de 1909 (CTEF 1938, p. 206), o traçado Gillman projetado em 1911–1913, e o traçado Russell projetado em 1929–1930. Sobre a capacidade técnica de transporte do projeto de Schnoor temos pouca informação. Conhecemos porém o acerto contratual entre o *Brazilian Hematite Syndicate* e a EFVM para o transporte de 3 milhões t/ano, cifra que também foi incorporada à concessão obtida junto ao governo federal e que podemos assumir como um limite contratual naquele momento.

Sob o comando de Ernst Cassel, a *Itabira Iron Ore Co.*, trouxe o construtor de ferrovias Gustave Gillman e um engenheiro suíço especializado em eletrificação ferroviária para preparar novos projetos. Foi proposto então um novo traçado para a ferrovia, partindo não mais de Vitória, mas do porto de Santa Cruz, 56 km ao norte da capital capixaba, em condições técnicas bastante aprimoradas, que previam o transporte de até 10.000.000 t/ano (Pimenta 1950, p. 61; Gauld 1972, pp. 362–64). Já ao final da década de 1920, após uma nova assinatura de contratos com Minas Gerais e o governo federal, Percival Farquhar partiu então à procura dos recursos para a execução do empreendimento. Seu principal agente financeiro em Nova Iorque, Clarence Dillon, exigiu porém a realização de novos levantamentos técnicos detalhados, incluindo orçamento das linhas férreas e do porto e de outros equipamentos de mineração, bem como perfurações para melhor avaliar a capacidade das jazidas de Itabira (Gauld 1972, pp. 288–89;

²⁸Vereinigte Stahlwerke, “Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien”, 25/03/1937, BArch, R 901/115330, pp. 2–3.

Wirth 1970, pp. 77–79). Diante dessa exigência, Farquhar contratou nos Estados Unidos o engenheiro Thomas O. Russell para a realização de novos planos e orçamentos (Gauld 1972, p. 289; Pimenta 1950, p. 66). Um novo traçado para a linha férrea foi projetado, em condições ainda melhores que aquelas do projeto Gillman, e que permitiriam o transporte de até 15.000.000 t/ano. Farquhar enforcava-se, pois, em seu próprio entusiasmo.

Do ponto de vista legal e contratual, na década de 1920, o elemento chave era a lei mineira 750/19, que estabelecia uma proporção entre a produção da usina siderúrgica do pretendente a exportador e o volume de exportação que lhe era facultado fazer. Nos termos da lei, seria concedida a redução do imposto de exportação às empresas “desde que estabeleçam no território mineiro usinas que transformem em ferro e aço pelo menos 5% do minério a ser exportado”.²⁹ Isso poderia ser interpretado como permitindo a exportação de 20 vezes o volume do minério transformado, era porém tipicamente interpretado pelas autoridades mineiras como um fator de 19 vezes. Em todo caso, essa relação não se dava diretamente entre a produção da usina e o volume exportado, mas entre os volumes de minério transformado e exportado. Tomemos a estimativa do próprio Clodomiro de Oliveira a respeito (Oliveira 1924, p. 115; veja também Oliveira 1934, pp. 75–76). Uma usina que se propusesse a produzir 150 mil t/ano de produtos de ferro e aço precisaria produzir 168 mil t/ano de ferro-gusa. Supondo-se que a produção de uma tonelada de gusa exija 1,5 t de minério de ferro – vale dizer, supondo um teor metálico do minério de 66%, ou um pouco mais e algumas perdas operacionais – essa produção necessitaria de 252 mil t/ano de minério. Tomando o fator de 19 vezes, esse volume permitiria à empresa a exportação de em torno de 4,8 milhões t/ano de minério. Ora, como vimos, era justamente uma usina de pelo menos 150 mil t/ano que estava em consideração nas negociações entre a *Itabira* e o governo mineiro ao longo de 1920. Quando foi projetado o traçado Russell, no final da década de 1920, foi também planejada uma nova usina, de capacidade correspondentemente maior, de 240 mil t/ano.³⁰ Por cálculo análogo, tal usina permitiria a exportação de em torno de 7,7 milhões t/ano de minério de ferro. Ademais, a partir de 1931, as revisões contratuais da companhia com o governo federal propunham que a usina deixasse de ser obrigatória, eliminando assim o vínculo entre a exportação e a produção siderúrgica (Barros 2014). A legislação mineira continuou a vigorar, e um novo acordo entre a *Itabira* e Minas Gerais não chegou a ser formalizado. Contudo, a documentação disponível aponta para negociações com Minas em termos alinhados àqueles que vinham sendo tratados no âmbito federal.³¹ Vale dizer, com a usina facultativa e a exportação de minério desvinculada dos volumes de produção siderúrgica. Em outras palavras, o contorno das negociações ao longo da década de 1930 tornava a capacidade técnica de transporte da ferrovia o único limite efetivo ao potencial de exportação da *Itabira*.

A conclusão é que o projeto *Itabira* tinha dimensões que giravam entre um quarto do mercado internacional de minério de ferro inteiro – para os limites legais ou contratuais que vigoraram ao longo da década de 1920, mas que mesmo àquela altura eram expansíveis a médio prazo pela ampliação da produção siderúrgica – e a metade do mercado – para os limites técnicos de transporte da linha férrea, que eram a única restrição concreta aos volumes de exportação na década de 1930. Além disso, tudo indica que o minério da *Itabira* teria condições de chegar ao mercado europeu a preços competitivos. Por exemplo, os preços negociados por Farquhar com a indústria siderúrgica alemã em 1929 para contratos de fornecimento de 26,5 milhões t ao longo de 15 anos, com opção para 10 milhões t adicionais, eram, do ponto de vista dos industriais alemães, levemente vantajosos se comparados aos contratos recentes que haviam sido firmados para o fornecimento de minério da Suécia.³² As autoridades no Ministério de Finanças alemão, por sua vez, consideravam que: “As possibilidades de ganho da indústria alemã no fornecimento de minério de ferro pela *Itabira Corporation* são previsivelmente muito grandes.”³³ Em suma, o impacto do projeto sobre o mercado internacional de minério seria potencialmente enorme. O

²⁹Lei n. 750, 23/09/1919, MG, em *Leg. MG*, 1919, p. 49.

³⁰Vereinigte Stahlwerke ao RWM, “Itabira-Projekt Brasilien”, 29/01/1930, BArch, R 3101/18922, p. 2.

³¹AN – SC, caixa 1, pacote 10, doc. 10.

³²Vereinigte Stahlwerke ao RWM, “Itabira-Projekt Brasilien”, 29/01/1930, BArch, R 3101/18922, pp. 9–10.

³³[Reichsfinanzministerium], “Vermerk betreffend Übernahme einer Reichsgarantie [...]”, 02/1930, BArch, R 2/16604, p. 6.

corolário é que o projeto Itabira ameaçava, por consequência, anular ou reduzir substancialmente em seus efeitos um importante instrumento de jugo sobre a Alemanha à disposição das potências vitoriosas interessadas em enfraquecê-la, o controle sobre o suprimento de minério de ferro. Diante desse cenário, analisar os eventos considerando-se um “interesse estrangeiro” uniforme e indiferenciado está fadado a gerar distorções interpretativas assim como um número de questões não resolvidas, ou mal resolvidas, na historiografia. Duas dessas questões serão tratadas na próxima seção à luz das considerações que viemos de tecer.

Desdobramentos internos das cisões externas

Em meados do ano de 1920, as perspectivas da *Itabira Iron* eram bastante promissoras. Como vimos, o contrato com o governo federal havia sido assinado em maio. É verdade que este condicionava o acerto a um outro contrato a assinar com o estado de Minas Gerais, mas as negociações seguiram em andamento ao longo dos meses seguintes e, de fato, em setembro o Congresso Mineiro deu autorização ao executivo para contratar com a empresa, nos termos da lei 750/19.³⁴ Em seguida a essa aprovação, o governo de Minas organizou novas “bases gerais”, uma verdadeira minuta, para um contrato com a companhia.³⁵ O principal óbice naquele momento vinha do Tribunal de Contas, que havia negado o registro ao contrato.³⁶ Mas, diante dos sinais positivos emitidos por Minas em setembro, o ministro da Viação, Pires do Rio, reenviou o contrato ao Tribunal de Contas e Epiácio Pessoa, diante de nova recusa, mandou executá-lo, forçando o registro sob protesto do Tribunal.³⁷

Essa situação favorável à *Itabira* sofreria uma brusca e completa reversão entre o final de 1920 e o início de 1921 por motivos que exploraremos oportunamente mas que, podemos adiantar, estiveram relacionados à constituição da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, o que introduziria novos contornos às negociações então em andamento. O mês de setembro de 1920 pode ser tomado como um marco simbólico dessa reviravolta. De um lado, entre o final de setembro e o começo de outubro, o rei Alberto I da Bélgica fez uma visita oficial ao Brasil a convite de Epiácio Pessoa e esteve também em Minas Gerais, onde o presidente do Estado, Arthur Bernardes, procurou interessá-lo na possibilidade de investir ali capital belga, particularmente no setor siderúrgico. A tais entendimentos seguiu-se a associação entre a Companhia Siderúrgica Mineira e a siderúrgica belgo-luxemburguesa *Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange* (ARBED) no ano seguinte, com a criação da Belgo-Mineira, que viria a se tornar a mais importante empresa siderúrgica do país na década seguinte.³⁸

De outro lado, também no final de setembro de 1920, Emile Mayrisch e Gaston Barbanson, representantes da ARBED, criaram o *Syndicat du Brésil* tendo em vista estudar a possibilidade de uma instalação siderúrgica no país.³⁹ Um mês após a criação do Sindicato, foi enviada a Minas Gerais uma missão técnica, chefiada pelo engenheiro Jean Pierre Arendt. Um acordo de intenções para a construção de uma empresa siderúrgica em Minas foi assinado em fevereiro de 1921. A associação entre a ARBED e a Cia. Siderúrgica Mineira foi formalizada em dezembro de 1921, tendo resultado daí criação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Além disso, Barbanson adquiriu a antiga propriedade de Monlevade, em S. Miguel de Piracicaba, bem como a jazida de Andrade próxima a ela. Nas palavras de Cristiano Guimarães, então presidente da Companhia Siderúrgica Mineira, tratava-se de “associar

³⁴Lei n. 793, 22/09/1920, MG, em *Leg. MG*, 1920, pp. 45–46. Sobre as negociações entre a *Itabira* e Minas ao longo de 1920, veja Oliveira 1934; Barros 2011, pp. 106–15.

³⁵“Bases Geraes para o contrato com a Itabira Iron Ore Company Limited”, [1920], em Oliveira 1934, pp. 188–95.

³⁶Tribunal de Contas, “Acta da 55ª sessão ordinária”, 20 de jun. de 1921, em Ribeiro da Silva 1922, pp. CII–CXXIV; também em *DO*, 29/06/1920, pp. 11095–99, 11102–3; Pessoa 1957, pp. 328–33; Gauld 1972, p. 285.

³⁷Ribeiro da Silva 1922, pp. XCIII–XCIV; Pessoa 1957, p. 326; Martins 1976, p. 174. Pires do Rio enviou o contrato ao Tribunal de Contas para reconsideração apenas três dias após a promulgação da Lei 793/20 por Minas Gerais.

³⁸Bastos [1959], pp. 110–12; Moyon 2007, pp. 33–38; Gomes 1983, pp. 189–90; Baer 1969, p. 58; Santos 1986, pp. 178–88; Soares e Silva 1972, p. 62.

³⁹AHUFJF – CT009–02, doc. 1; ARBED [1964], pp. 82–84; Santos 1986, p. 191. O *Syndicat du Brésil* era uma comissão constituída pela ARBED que incluía, além da própria: a *Société Métallurgique des Terres Rouges*, a *Sofina*, o *Banque de Bruxelles*, o *Banque Internationale à Luxembourg* e a *Ciments de Buda*.

um mosquito a um elefante”. De fato, falar em “associação” aqui é incorrer em claro eufemismo. O capital original de 350 contos da Siderúrgica Mineira foi aumentado de 14.650 contos, subscrito pelo grupo presidido pela ARBED, representada pelo seu presidente Gaston Barbanson, integralizando 15.000 contos de capital. Todavia, Cristiano Guimarães permaneceu como presidente do conselho de administração da nova companhia, passando o conselho e a diretoria a ser integrados por membros belgas e luxemburgueses, além de brasileiros.

Apesar da reconhecida importância desses eventos, a entrada da ARBED no Brasil continua a desafiar os historiadores. Sobretudo se considerarmos que não apenas a Belgo-Mineira foi singular em sua estratégia empresarial no país, como também a vinda da ARBED entrava em flagrante conflito com um argumento fartamente utilizado contra a *Itabira*, tanto no debate à época como posteriormente na historiografia, segundo o qual a *Itabira* não teria interesse em construir a siderurgia no Brasil pois seus interesses eram essencialmente alinhados aos dos grandes produtores siderúrgicos mundiais a quem não convinha a existência de um setor siderúrgico pujante no Brasil, pois eles perderiam esse mercado, de que eram os fornecedores. Ademais, houve enorme assimetria no tratamento dispensado pelos brasileiros à Belgo-Mineira, por um lado, e à *Itabira Iron*, por outro, ambas empresas estrangeiras. De fato, as informações disponíveis sobre as motivações da empresa em instalar-se no Brasil para a produção siderúrgica são limitadas. E essa escassez reflete-se numa multiplicidade de interpretações, em certos casos algo conjecturais, na historiografia. A visita do rei belga e as negociações então encetadas são quase universalmente lembradas como um estímulo ou um catalisador dessa decisão, quando esta não é considerada um resultado direto daquelas. Isso poderia sugerir uma predominância de motivações políticas, no âmbito das relações entre os dois países, para a vinda da empresa. Mas é evidente que a benevolência do rei Alberto em dar vazão às demandas brasileiras e a generosidade dos capitais europeus em acolhê-las não foram tomadas pelo seu valor de face, e foram postas em questão por diversos autores, que indagaram sobre os interesses da empresa, no plano econômico.

A própria empresa, em publicações de memória institucional, reconhece entre as motivações para a sua vinda que procurava, com isso, atuar em novos mercados em busca de oportunidades de escoamento dos produtos de suas usinas (ARBED [1964], pp. 82–83; Moyen 2007, pp. 33, 45). Werner Baer não diverge muito dessa tese ao afirmar que “[a] entrada de capital estrangeiro nos anos 1920 para construir a Belgo-Mineira só ocorreu por causa da crença no futuro industrial do Brasil” (Baer 1969, p. 165). Outra circunstância que se conjuga a esta linha de interpretação é a entrada da ARBED também na Argentina, no mesmo ano de 1921. Nesse caso, a associação foi feita com o grupo Tornquist em torno da *Talleres Metalúrgicos San Martín*, a TAMET, que se tornaria a principal empresa do setor no país.⁴⁰

Carlos Manuel Peláez, por sua vez, quis ver na exportação de minério de ferro os motivos da empresa. Segundo ele, “o plano da ARBED era o de entrar no mercado de minérios brasileiros, pela compra dos depósitos da Companhia Siderúrgica Mineira” (Peláez 1972, p. 147). Callaghan (1981, pp. 285–87) também vai em direção similar, ainda que não idêntica, ao dar um peso significativo ao interesse no minério de ferro brasileiro no envolvimento do conglomerado com o país, como forma de assegurar reservas de minério de ferro no exterior.

Galba di Mambro, combinando e avançando essas perspectivas, atribui a criação da Belgo-Mineira ao “expansionismo da Arbed”, acicatado pelas riquezas naturais do Brasil e pelas potencialidades do mercado local.⁴¹ Tanto Mambro quanto Callaghan passam em revista movimentações anteriores à visita do rei Alberto pela companhia, ou por interesses ligados ao grupo. Merece destaque aqui o relatório do prospector luxemburguês Charles Bettendorf, entregue a Emile Mayrisch em 1920, apontando para a magnitude e a riqueza das jazidas de minério de ferro do Brasil, e analisando oportunidades de investimento para a companhia.⁴² Bettendorf é frequentemente lembrado na memória da própria

⁴⁰ARBED [1964], pp. 90–91; Rocchi 2006, pp. 95, 120–21; Belini 2017, pp. 141–42; Mambro, “A constituição da Siderúrgica Belgo-Mineira”, [ca. 1984], AHUFJF – CT009–33, pp. 24–25; Santos 1986, p. 185.

⁴¹Mambro, “A constituição da Siderúrgica Belgo-Mineira”, [ca. 1984], AHUFJF – CT009–33, pp. 23–35.

⁴²Callaghan 1981, p. 286; Mambro, “A Arbed e a criação da Belgo-Mineira”, [ca. 1984], AHUFJF – CT009–33, pp. 2–4. Callaghan caracteriza Bettendorf como “um empresário e exportador de manganês luxemburguês que residia em Minas

empresa como um elemento importante para atrair a atenção de Mayrisch e, por extensão, também de Barbanson.⁴³ Mambro ressalta ainda, com razão, o fato do *Syndicat du Brésil* ter sido aprovado pelo Conselho da ARBED ainda durante a estada do soberano belga no Brasil, e mesmo antes da ida dele a Minas Gerais, demonstrando que as movimentações da ARBED *precedem* a visita do rei Alberto.⁴⁴ Assim, no seu entender, “a Arbed dirigiu-se ao Brasil por um movimento próprio, independente da viagem do rei Alberto I”.⁴⁵ Ou, nos termos de Callaghan:

Obviamente, portanto, a ARBED estava bem familiarizada com Minas Gerais e estava seriamente contemplando investir em suas reservas de minério de ferro antes do rei Alberto retornar do Brasil com o convite de Bernardes. (Callaghan 1981, p. 286)

A historiografia nos apresenta, portanto, uma caracterização ampla do interesse econômico da ARBED em investir no Brasil naquele momento. Caracterização esta que não destoa, aliás, de uma visão com longa tradição no país a respeito do capital estrangeiro, cujos interesses se resumiriam essencialmente a ocupar mercados para seus produtos e explorar matérias-primas requeridas para a sua produção. Note-se que esse mesmo conjunto de interesses podia ser, e tipicamente era, atribuído à *Itabira Iron*. Em particular, a circunstância de que as movimentações da ARBED antecederam a visita do rei demonstra claramente a existência de *algum* interesse por parte da empresa nessa dimensão. Seria, contudo, a existência desse interesse *suficiente* para explicar a vinda da ARBED ao Brasil? Minha opinião informada, que é o melhor que posso oferecer neste ponto, é a de que as informações levantadas pela historiografia, pelo menos até o momento, não nos permitem responder a essa questão de forma definitiva.

No entanto, mesmo admitida a existência desse interesse econômico, como sem dúvida é o caso de fazermos, resta muito a explicar. Em particular, a *forma de atuação* da empresa no Brasil certamente não corresponde a uma materialização desses interesses, nesses termos. Vale dizer, se os interesses da empresa se resumissem a isso, o seu comportamento seria de difícil compreensão. Decisões como o perfil produtivo da Belgo-Mineira, a localização da usina em Monlevade, a opção pelo emprego do carvão vegetal, bem como outros traços relevantes da atividade da empresa, como a sua abstenção em exportar minério e a sua sistemática oposição à *Itabira* não condizem com, quando não contradizem, esse conjunto de interesses econômicos da ARBED que viemos de examinar.

A associação com a TAMET na Argentina, embora significativa, deve ser examinada à luz das grandes diferenças da presença da ARBED lá e no Brasil. Na falta de carvão de pedra e de minério de ferro, o setor siderúrgico argentino centrava-se na laminação e na manufatura de produtos finais, em alguns casos empreendendo a produção de aço com base em sucata (Belini 2017, pp. 141–42, 151–53; Rocchi 2006, pp. 94, 108–9; Santos 1986, p. 185). O que, naturalmente, tornava o setor um demandante de produtos intermediários do exterior. De fato, a associação com a TAMET foi desenhada para fomentar as vendas das usinas da ARBED no mercado argentino. Não apenas à ARBED foi reservada a preferência de fornecimento de produtos metalúrgicos nas fábricas da TAMET mas esta última também se engajava em assegurar a representação das vendas na Argentina dos produtos do seu sócio europeu (ARBED [1964], p. 90). O comportamento da parceria parece ter sido orientado para assegurar esse mercado:

Apesar das novas instalações possuírem capacidade produtiva de vinte mil toneladas de aço, o controle da ARBED impediu o seu uso pleno. O consórcio barrou a TAMET de desenvolver a produção de aço. Depois que a TAMET comprou a Vasena, o empreendimento de produção de aço desta última parou, e este tipo de insumo da indústria metalúrgica era importado do grupo internacional. As instalações de

Gerais desde 1897” e “um agente da ARBED desde algum tempo”.

⁴³ARBED [1964], pp. 82–83; Moyon 2007, p. 34; “Die Arbed-Gruppe in Brasilien”, jul. de 1980, AHUFJF – CT009–11, p. 3; Mambro, “A constituição da Siderúrgica Belgo-Mineira”, [ca. 1984], AHUFJF – CT009–33, pp. 3–4.

⁴⁴Mambro, “A Arbed e a criação da Belgo-Mineira”, [ca. 1984], AHUFJF – CT009–33, pp. 23–34; AHUFJF – CT009–02, doc. 1. A estada do rei no Brasil estendeu-se de 19/set a 16/out/1920. A sua chegada a Minas Gerais ocorreu em 2/out. A aprovação para a criação do *Syndicat du Brésil* pelo conselho da ARBED se deu em 27/set.

⁴⁵Mambro, “A Arbed e a criação da Belgo-Mineira”, [ca. 1984], AHUFJF – CT009–33, p. 3.

produção de aço adquiridas da Vasena permaneceram ociosas até o colapso do consórcio com o início da Segunda Guerra Mundial. (Rocchi 2006, p. 121; veja também Belini 2017, pp. 152–53)

Inversamente, a Belgo-Mineira planejou desde os seus primórdios, e de fato implementou, a produção em usinas integradas – isto é, com as etapas de redução, refino e laminação localizadas numa mesma planta. É certo que a dotação de fatores local assim o permitia, mas não é que isso fosse um requisito para ingressar no mercado brasileiro. Ao contrário, Sabará foi a primeira usina integrada do Brasil (ARBED [1964], p. 84). Monlevade a segunda (Barros 2013, p. 25, *passim*). Sem dúvida, assim procedendo à empresa acorriam as vantagens de redução de custos associadas a essa boa prática produtiva. Mas disso também decorria que as possibilidades de escoamento dos produtos das usinas da matriz não só não seriam estimuladas, como seriam deslocadas pela produção da filial. A empresa tinha clareza da diferença (ARBED [1964], pp. 86, 91). Note-se ainda que o Brasil e a Argentina parecem ter sido os únicos casos, excluídas representações comerciais, do expansionismo da ARBED para além das fronteiras da Europa continental no período (ARBED [1964]).

Em segundo lugar, a Belgo-Mineira é peculiar pela localização escolhida para a construção da sua usina: Monlevade. Enfatiza-se frequentemente as grandes reservas de minério e as vigorosas matas ali existentes para justificar a escolha. A reserva florestal do vale do Rio Doce era efetivamente farta, e sem dúvida, relativamente mais abundante do que a das zonas do Paraopeba e do das Velhas. Jazidas de minério adequadas, porém, certamente poderiam ser encontradas em outros lugares. Por outro lado, além dessas características, Monlevade destacava-se ainda por outro motivo, pela sua quase completa ausência de infraestrutura. Mais tarde, quando a usina foi efetivamente construída, foi necessário construir também a cidade para abrigar as pessoas que nela trabalhariam (Moyen 2007, p. 57; Rady 1973, p. 111). Ademais, o sítio não era atingido sequer por vias de transporte adequadas. O velho Jean Monlevade é também muitas vezes invocado como uma das experiências siderúrgicas mais bem sucedidas do Império, instalada naquele local. A esses não ocorre mencionar que Monlevade só poderia imaginar obter sucesso ali numa instalação de diminuto tamanho, destinada a ter uma influência estritamente local, viável nesses termos justamente pela ausência de vias de transporte. Muito diferente era o caso da usina proposta pela Belgo-Mineira. Arthur Bernardes, ao prestar contas ao Congresso Mineiro em 1922 sobre o projeto, deixava Fitzcarraldo com uma ponta de inveja ao tratar da questão dos transportes:

O governo, atendendo a solicitação da Companhia, mandou reparar e tornar carroçavel a estrada de rodagem que liga Santa Barbara a Monlevade, afim de facilitar o transporte dos grandes machinismos que a Companhia alli vai instalar. (Bernardes, “Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1922”, p. 76)

É certo que a construção da usina em Monlevade foi condicionada à construção, pelo governo, do ramal da EFCB entre Santa Bárbara e São José da Lagoa, que atenderia a localidade prevista para a usina. Consequência disso é que a companhia teve que esperar até 1935 para poder dar início às obras em Monlevade e, nesse meio tempo, se viu na necessidade de desenvolver a usina de Sabará além do inicialmente planejado.

A opção pelo carvão vegetal era, em grande medida, uma decorrência da escolha locacional. Não apenas a abundância dessa matéria-prima na região de Monlevade, mas também os custos de transporte de insumos alternativos naquela localização certamente pesaram nessa escolha. Ainda assim, o fato de que a Belgo-Mineira tenha abraçado o carvão vegetal é algo surpreendente quando notamos que a ARBED operava na Europa usinas a coque de carvão mineral (ARBED [1964], pp. 104–10). Ela vinha, assim, adequar-se a uma outra tecnologia com a qual não estava habituada.⁴⁶ Para justificar tal procedimento, ela abraçou com um entusiasmo curioso a tese de que a localização e qualidade das reservas brasileiras de carvão mineral inviabilizavam a siderurgia a coque no país:

⁴⁶Pierre Delville, por exemplo, que foi o diretor-administrador da companhia entre 1921 e 1927, nunca havia trabalhado com carvão vegetal (Callaghan 1981, p. 290; veja também Gomes 1983, pp. 190–91). Quando chegou, porém, a hora de laminar trilhos, a empresa não teve tanto sucesso quanto na redução de minério com carvão vegetal (Veja Barros 2011, pp. 34–35).

Convencemo-nos rapidamente que o problema da siderurgia no Brasil se apresentava de um modo muito diferente do que elle se apresenta na maior parte dos outros paizes, e isto por causa da ausencia de carvão mineral, transformavel em coque, situado a distancia razoavel das jazidas de ferro.

A unica metallurgia possivel no Brasil, nas condições actuaes, consiste, a nosso ver, na fabricação de guza por meio de carvão vegetal e sua transformação em aço, nos fôrnos Siemens Martin ou eventualmente nos fôrnos electricos, o guza sendo tratado no estado líquido.⁴⁷

“A única metalurgia possível” em Monlevade talvez fosse mesmo essa. “No Brasil” certamente não era, como veio a demonstrar a evolução do próprio setor a partir da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, pouco mais de cinco anos depois desse discurso de Barbanson. Mas mesmo antes disso, a siderurgia a coque, a “grande siderurgia”, era uma vertente de peso nos embates em torno do problema siderúrgico nacional, cujo epítome foi, durante toda a década de 1920 e a maior parte da de 1930, a *Itabira Iron*.

A ideia de que a ARBED teria entrado no Brasil interessada na exportação de minério de ferro, por sua vez, tem pouco a sustentá-la além de uma aparente plausibilidade. Pelo contrário, a Belgo-Mineira singularizou-se justamente por não procurar fazer a exportação de minério. Ela só viria a se envolver nessa atividade décadas mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial e, mais intensamente, apenas na década de 1960 (ARBED [1964], pp. 86–87; Santos 1986, p. 186). Contudo, essa peculiar renúncia é especialmente intrigante tendo-se em vista que praticamente todos, brasileiros e estrangeiros, reconheciam na exportação de minério, e não na produção siderúrgica, o grande negócio a ser feito no Brasil. Ademais, o que estava em pauta naquele momento era justamente a barganha, capitaneada por Minas Gerais, da exportação de minério como a contrapartida dada àqueles que construíssem uma usina siderúrgica no país, ou mais precisamente, no Estado. Isso certamente foi oferecido ao rei belga e aos representantes da ARBED, tornando particularmente significativa essa abstinência. Que possível prejuízo teria a empresa se fizessem eles mesmos a exportação? A versão mais cautelosa dessa tese, segundo a qual a empresa teria interesse em assegurar reservas de minério no exterior, tampouco é suficiente para dar conta do comportamento da companhia. Em particular, não havia nenhuma necessidade de se construir uma usina para essa finalidade, a aquisição das propriedades teria bastado. Várias outras empresas vinham assim procedendo na verdadeira “corrida do ferro” em andamento desde o final da década de 1900 no país, como vimos acima.

Portanto, certos traços conspícuos e algo peculiares da estratégia empresarial e do comportamento da Belgo-Mineira não correspondem aos interesses econômicos tipicamente mobilizados pela historiografia para explicar a entrada da ARBED no Brasil, que discutimos acima. Note que o argumento aqui não é o de que a empresa investiu no Brasil em prejuízo dos seus interesses econômicos. Uma vez operando no país, a orientação para o lucro e para o retorno aos acionistas era um aspecto regular das preocupações do conselho da empresa.⁴⁸ De fato, com exceção de alguns momentos atípicos, a empresa deu resultados positivos e passou a distribuir dividendos a partir de 1932. Meu ponto é o de que, se os interesses da empresa ao investir no Brasil se resumissem a ocupar mercados e explorar o minério de ferro brasileiro, ela certamente encontrava entre as possibilidades disponíveis naquele momento estratégias alternativas mais proveitosas. Possibilidades que ela contudo não exerceu.

A construção de uma usina siderúrgica integrada, localizada na região ferrífera, afastada do litoral e mais próxima à capital mineira, bem como a exigência da construção de uma vila operária, tinham porém antecedentes, justamente nas negociações que vinham sendo conduzidas ao longo do ano de 1920 entre o governo mineiro e a *Itabira Iron*. De fato, as negociações entre Percival Farquhar, representante da *Itabira*, e o governo do estado de Minas se desenrolaram desde o final de 1919 e envolveram reiteradas propostas de ambas as partes. Em particular, o governo mineiro apresentou duas

⁴⁷AHUFJF – CT009–10, doc. 15; veja também AHUFJF – CT009–10, doc. 16; Bastos [1959], p. 155; Santos 1986, p. 191.

⁴⁸“Livro de atas das reuniões dos membros do Conselho de Administração da Belgo-Mineira residentes na Europa”, 1921–1939, AHUFJF – CT009–05; “Documentos sobre assuntos tratados nas reuniões europeias dos membros do Conselho de Administração da Belgo-Mineira”, 1921–1924, AHUFJF – CT009–06; “Documentos sobre assuntos tratados nas reuniões europeias dos membros do Conselho de Administração da Belgo-Mineira”, 1924–1930, AHUFJF – CT009–07.

versões de “bases gerais” para um contrato com a companhia, uma em fevereiro de 1920, outra após a aprovação da lei mineira 793, de 22 de setembro de 1920, que autorizava o governo a contratar com a companhia.⁴⁹ Ambas incluíam entre as suas exigências à empresa interessada: i) a construção de uma usina siderúrgica, com capacidade determinada e um perfil de produção especificado, que incluía: altos-fornos, fornos Siemens-Martin, conversores Bessemer, uma seção de fabricação de cimento, e uma seção de laminação para barras, vigas, perfis, chapas, folhas de Flandres, trilhos etc.; em suma, uma usina integrada, com perfil de produção diversificado; ii) a localização da usina “entre Cachoeira Escura e São José da Lagoa, município de Itabira de Matto Dentro, no local que for julgado, pelo Governo do Estado, conveniente”;⁵⁰ e iii) a construção de uma vila operária para 10.000 habitantes, incluindo abastecimento de água e luz e instalação de esgotos, um hospital com capacidade de 200 leitos, um edifício para o grupo escolar, capaz de comportar 500 alunos, um edifício para uma escola técnica, entre outras especificações.

Essas demandas do governo mineiro à *Itabira Iron* vão se manifestar claramente, e surpreendentemente, na estratégia empresarial da Belgo-Mineira. É difícil compreender essas supostas decisões da empresa – em conflito com o seu interesse econômico presumido e até mesmo em condições mais duras do que as exigidas de qualquer outra empresa que se candidatou a receber favores do governo para a produção siderúrgica independente da exportação de minério ao longo da década de 1920 – sem termos em vista o projeto mineiro para a sua usina siderúrgica que se configurava então no governo estadual. Formalmente, ao menos, a empresa não pedia praticamente nada. A única necessidade era a construção do ramal ferroviário entre Santa Bárbara e São José da Lagoa. Mas se reconhecermos a localização aproximada da usina como uma imposição mineira, como fazemos aqui, tampouco isso pode ser tomado como uma exigência da empresa.⁵¹ Somos levados, portanto, a concluir que a ARBED propôs-se a *substituir* a usina que estava sendo então negociada com a *Itabira* – por outra com capacidade menor, mas com características qualitativas muito similares – obtendo, em contrapartida, o que o governo mineiro passou a fazer a partir daquele momento e que não fizera até então: o bloqueio ao projeto de exportação de minério da *Itabira Iron*. De outro lado, é também só com base na existência desta barganha, nesses termos, que podemos entender a conversão do governo mineiro, que teremos ocasião de discutir adiante, de uma posição de anuência à exportação de minério de ferro, desde que bem compensada, para uma outra ostensivamente antiexportadora.

Ora, havendo chegado a essa conclusão, cumpre revisitar as motivações da ARBED para investir no Brasil naquele momento. Considerando que esse acordo com o governo mineiro conformou aspectos fundamentais da estratégia empresarial e do comportamento da Belgo-Mineira – como a escolha locacional, o perfil de produção, a tecnologia produtiva, a renúncia à exportação de minério, com suas respectivas decorrências – é difícil recusar que o bloqueio ao projeto *Itabira* integrava de forma central, ao lado de outros que queiramos aí incluir, os móveis da ARBED naquela decisão.

Ademais, a Belgo-Mineira é amplamente reconhecida como um dos mais regulares e ativos opositores à *Itabira Iron* no Brasil.⁵² A Belgo-Mineira constituiu-se, de fato, numa verdadeira imagem especular da *Itabira*: se a *Itabira* queria exportar minério, a Belgo-Mineira não, queria apenas a produção siderúrgica no país; se a primeira fazia muitas exigências, a segunda praticamente nenhuma; se a primeira queria usar carvão importado, a segunda converteu-se num arauto do carvão vegetal; se a primeira queria uma autorização para operar no país, a segunda associou-se com uma empresa brasileira existente (Cf. Martins 1976, p. 176). Do ponto de vista mineiro, a Belgo-Mineira era, portanto, um verdadeiro sonho.

A historiografia procurou explicar as raízes dessa pertinaz oposição da Belgo-Mineira à *Itabira*.

⁴⁹Oliveira 1934, pp. 105–10; Oliveira 1934, pp. 188–95.

⁵⁰Cachoeira Escura é a atual estação Frederico Sellow, município de Belo Oriente–MG, São José da Lagoa é a atual Nova Era–MG. A companhia, de sua parte, pressionava por Aimorés–MG, na fronteira com o Espírito Santo (Oliveira 1934, pp. 152–57).

⁵¹Veja, por exemplo, Fauconnier a Soares, “Memorandum dos diversos pedidos que a Companhia Siderurgica Belgo Mineira [...]”, 10/12/1922, CPDOC – RS c 1923.01.08/3.

⁵²AN – SC, caixa 2, pacote 4, doc. 10; Gauld 1972, pp. 285, 294 n12, 318 n10, 322 n21; Wirth 1970, p. 88; Santos 1986, pp. 186–87; Callaghan 1981, pp. 295–97.

Contudo, essas explicações limitam-se a uma contraposição de interesses econômicos entre as empresas (Wirth 1970, pp. 88, 241 n29; Santos 1986, pp. 186–87; Moyen 2007, p. 33; Callaghan 1981, p. 297). Por um lado, a ARBED teria seus negócios prejudicados na Europa, pela concorrência no mercado de minério de ferro, como argumentam John D. Wirth e Antônio César Santos. Por outro, a Belgo-Mineira teria seus negócios prejudicados no Brasil pela concorrência na produção siderúrgica, dado que a *Itabira* se comprometera a construir uma usina siderúrgica de maior porte ali.⁵³ Santos alça, inclusive, o primeiro desses conflitos ao papel de “razão essencial” da ARBED em instalar-se no país:

Se não era para exportar, pode ocorrer que uma das razões do seu interesse – talvez a razão essencial, fosse a de evitar a exportação massiva, pelo grupo inglês, de um minério de elevado teor, prejudicando o mercado de minérios de ferro na Europa para a produção das minas controladas pelo grupo ARBED na Lorena.⁵⁴

Embora essa formulação, evidentemente, se alinhe à conclusão que chegamos há pouco, de que o bloqueio do projeto *Itabira* esteve entre os motivos para a criação da Belgo-Mineira pela ARBED, creio que o aspecto estritamente econômico dessa oposição, mesmo que admitamos a sua existência, encontra-se nela algo sobrevalorizado. De fato, na documentação interna da Belgo-Mineira, existem manifestações desse conflito com a *Itabira*,⁵⁵ mas essa relação estava longe de ser unidimensional. Por um lado, o conflito de interesses no plano econômico era por vezes mais tênue do que Wirth e Santos parecem assumir.⁵⁶ Por outro lado, havia certos ganhos ponderáveis previstos pela Belgo-Mineira das atividades da controladora da EFVM, em função do acesso a um meio de transporte mais econômico, dando acesso direto ao mar e atendendo, em particular, as propriedades da companhia em Andrade e Monlevade.⁵⁷ Mesmo do ponto de vista da ARBED, para além da perspectiva da Belgo-Mineira em particular, esse conflito não é tão unívoco. É certo que um importante acionista da ARBED era a *Société Minière des Terres Rouges*, que possuía grandes jazidas de minério de ferro na região da Lorena (Santos 1986, p. 179). Considerando, porém, que a ARBED era antes de mais nada um truste siderúrgico, não é evidente que os seus interesses propriamente econômicos seriam prejudicados pela chegada no mercado europeu de minério de ferro em abundância. Em resumo, não parece claro que os interesses econômicos da empresa, quer os da ARBED na Europa, quer os da Belgo-Mineira no Brasil, ficassem inequivocamente prejudicados pela *Itabira*. Ou, pelo menos, que ficassem suficientemente prejudicados para justificar a ativa oposição contra ela, na forma em que se deu.

Contudo, as indicações apresentadas convergem em apontar o bloqueio à exportação de minério de ferro pela *Itabira* como um alvitre central da Belgo-Mineira e, até mesmo, como um dos motivos principais para a entrada da ARBED no Brasil. No meu entender, apenas a consideração dos potenciais impactos do projeto *Itabira*, no plano geopolítico, permite dar conta dessa oposição de forma plena. Examinamos em detalhes a natureza e a dimensão desses impactos potenciais na seção anterior deste trabalho e, estes sim, parecem talhados para suscitar o tipo de reação que historicamente se manifestou contra o projeto *Itabira*, e que viemos de analisar. Além disso, essa dimensão joga nova luz no papel cumprido pelo rei Alberto naquela conjuntura. Pois, na compreensão dos eventos, desse ponto de vista, faz mais sentido pensarmos numa composição de interesses mais ampla por trás da vinda da ARBED ao Brasil do que simplesmente “os interesses da ARBED” e que, simbolicamente e politicamente, parecem de fato ter sido representados pelo soberano belga naquela ocasião.

⁵³Wirth (1970, p. 241) baseia seu argumento numa notícia do *Berliner Lokal-Anzeiger* de 16/4/1937 citada num ofício da embaixada brasileira na Alemanha. Santos (1986, p. 186) baseia-se em Wirth.

⁵⁴Santos 1986, p. 186. O próprio Percival Farquhar, chegou a um diagnóstico muito similar a esse respeito, veja, “*Itabira*”, Histórico da companhia *Itabira Iron* e parecer sobre a validade do seu contrato com o governo, [23 de mai. de 1935], AN – SC, caixa 2, pacote 4, doc. 11, p. 1; AN – SC, caixa 2, pacote 4, doc. 10.

⁵⁵Veja, por exemplo, “Réunion [...] des administrateurs et commissaires de la Companhia Siderurgica Belgo-Mineira”, 25/04/1928, AHUFJF – CT009–05, pp. 104–5.

⁵⁶Veja “Réunion [...] des Administrateurs et Commissaires de la Companhia Siderurgica Belgo-Mineira”, 04/09/1929, AHUFJF – CT009–05, p. 123.

⁵⁷Veja AHUFJF – CT009–10, doc. 13; “Réunion [...] des Administrateurs et Commissaires de la Companhia Siderurgica Belgo-Mineira”, 07/07/1926, AHUFJF – CT009–05, pp. 71–72.

Resta-nos, assim, tratar da contrapartida oferecida aos interesses europeus representados pelo rei Alberto, e que se manifestou numa verdadeira reviravolta da posição mineira quanto ao contrato Itabira. De fato, entre o final de 1920 e a primeira metade de 1921, momento em que se deram as negociações que resultaram na criação da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, o governo mineiro não apenas abandonou o seu apoio à *Itabira Iron*, como passou a liderar a oposição a ela e, dado o condicionamento do contrato com o governo federal a um contrato com o governo mineiro, foi capaz de bloquear o projeto com grande eficácia.

Como vimos anteriormente, pelo menos até o final de setembro de 1920, as negociações entre a *Itabira Iron* e o governo mineiro continuaram em andamento, e as iniciativas mineiras em favor do contrato também estavam sendo tomadas. Contudo, em meados de 1921, a posição do governo mineiro já havia claramente se alterado. Na mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em junho de 1921, a *Itabira* já não se comprometia mais a transformar 5% do minério que exportasse, como no ano anterior, mas sim, nota bem, pretendia exportar 95% do que transformasse. Por esse e inúmeros outros motivos, “malgrado o intenso desejo de resolver o problema siderúrgico”, ainda não havia sido possível entrar em acordo com a *Itabira*.⁵⁸

As negociações entre o Estado de Minas e a *Itabira Iron* haviam se encerrado. O que se segue é dilação e impugnação. Apesar das reiteradas tentativas e concessões feitas pela companhia, depois das segundas “bases gerais”, que se seguiram à lei 793/20, não houve mais qualquer contraproposta da parte de Minas Gerais, ao menos até o governo Antônio Carlos. Em janeiro de 1921, a *Itabira* fez uma nova proposta ao governo mineiro (Oliveira 1934, pp. 201–56). Nela, a companhia procurava flexibilizar os termos da proposta mineira em uma série de pontos, em particular a limitação de preço sobre os produtos da usina que vinha sendo exigida pelo estado. Mas algumas concessões em pontos relevantes de disputa anterior eram feitas pela companhia. Clodomiro de Oliveira considerou em parecer a proposta como “inaceitável” (Oliveira 1934, p. 256). Em abril, a *Itabira* já aceitava o princípio de um limite de preços na usina, a preços nunca superiores aos vigentes no Rio de Janeiro (Oliveira 1934, pp. 258–59). Em maio, já se dispunha a aceitar um limite com referência aos preços no mercado de Nova Iorque, mas acrescidos dos direitos aduaneiros e despesas necessários ao transporte ao Rio de Janeiro (Oliveira 1934, pp. 259–60). Em novembro, propunha preço na usina não superior ao vigente em Nova Iorque para produtos equivalentes e entrega no Rio de Janeiro com redução de 25% sobre o valor global das cifras das despesas (Oliveira 1934, p. 266). Em maio de 1923, a companhia já propunha preços na usina 5% inferiores aos em Nova Iorque acrescidos de direitos aduaneiros e despesas e encargos de transporte entre Nova Iorque e Rio, e 7,5% inferiores para vendas aos governos de até 30% de sua produção (Oliveira 1934, p. 293). Nada mais era capaz de comover Bernardes.

Assim, o pomo da discórdia foi, ostensivamente, a cláusula da limitação de preços aos produtos da usina siderúrgica, como poderia ter sido, em princípio, qualquer outra coisa. De fato, Arthur Bernardes e seu secretário, Clodomiro de Oliveira, tornaram-se dois dos mais ferozes opositores do contrato Itabira (Gauld 1972, p. 286). A ascensão do primeiro à presidência da República estendeu o bloqueio ao âmbito federal. Os sucessores de Arthur Bernardes na presidência do Estado, enquanto ele esteve na presidência da República, não alteraram a diretriz de bloqueio ao projeto Itabira. Em suma, a partir da mudança de posição de Minas Gerais, a correlação de forças que sustentava o projeto Itabira ruiu completamente. Não apenas o contrato se tornou então inviável, mas também as lideranças mineiras lançaram-se à proa de uma violenta campanha pública contra Farquhar e o contrato Itabira. A campanha se fazia não apenas pelos jornais mas também por conferências, publicações e discursos no Congresso. Destacaram-se nela, além de Arthur Bernardes e Clodomiro de Oliveira, Raul Ribeiro da Silva e Nelson de Senna.⁵⁹

⁵⁸O trecho relevante na mensagem de Bernardes ao Congresso Mineiro em 1921 é muito interessante e dá boa mostra do teor dos argumentos utilizados contra a *Itabira* (Bernardes, “Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1921”, pp. 33–37). Vale a pena também cotejar o trecho relevante da Mensagem de 1922, em particular com a Mensagem de 1920 (Bernardes, “Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1920”, pp. 12–13; Bernardes, “Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1922”, pp. 75–76).

⁵⁹Veja Bernardes, “Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1921”; Bernardes, “Mensagem de Arthur

O teor da campanha é sem dúvida saboroso, e nos conta muito sobre a forma de proceder nos debates políticos à época. Em resumo, em nome dos interesses nacionais e contra o monopólio, a proposta da *Itabira* não era aceitável. Exportar o minério era apenas abastecer de matérias-primas as grandes indústrias localizadas no estrangeiro e enriquecer outras nações em detrimento da nossa. Farquhar iria monopolizar a exportação de minério de ferro, a indústria siderúrgica do país e o comércio de carvão, arruinando os produtores domésticos desses produtos. Monopolizaria toda a economia do rico em recursos vale do Rio Doce. Arruinaria também toda a indústria doméstica através de seu “porto livre”. Teria até “o predomínio, senão o monopólio do comércio marítimo do Brasil, quiçá de toda a América do Sul da Costa Atlântica” (Oliveira 1924, p. 25). Tampouco tencionaria ele, na verdade, cumprir o compromisso contratual de construir a usina. Enfim, tratava-se da “escandalosa imoralidade da Itabira”.⁶⁰ O contrato, “cujas cláusulas determinam transformar o país em verdadeira colônia” (Oliveira 1924, p. 24), se efetivado, “seria a ruína irremediável e a abdicação da nossa nacionalidade”.⁶¹ Esses argumentos certamente não eram novos, e nem tampouco deixaram de reaparecer mais tarde, no entanto, manifestaram-se naquele momento com particular intensidade e ferocidade. Do outro lado da contenda, acusava-se Arthur Bernardes de retrógrado, tacanho, de ser contrário à implantação das indústrias básicas, de anti-industrialista, de regionalismo estreito e de xenofobia (Silva 1997, p. 24).

Poderíamos, talvez, tomar a atitude mineira num outro sentido, de que o bloqueio à *Itabira* não se tratava propriamente de uma contrapartida, mas o governo mineiro, em face a uma alternativa julgada melhor, simplesmente abandonou o projeto. No entanto, mesmo isso me parece insuficiente pois, do ponto de vista mineiro, não havia nada que tornasse os dois projetos mutuamente excludentes, a não ser que tenha realmente ocorrido a barganha referida. O que é evidenciado pelo fato de que, em 1925, ao mesmo tempo em que o projeto Itabira estava sendo bloqueado, o governo mineiro vinha negociando um contrato de contornos muito similares ao da *Itabira* com o grupo alemão *Dortmunder-Union*, incluindo a participação direta do governo do estado na formação de capital e com a anuência do próprio Bernardes.⁶² Fato este que, tivesse a historiografia registrado, teria tido enormes dificuldades em explicar.

De uma forma ou de outra, durante as presidências de Arthur Bernardes – do Estado e depois da República – não apenas o contrato Itabira foi obstado, mas, sob a liderança mineira, foi gestado e politicamente lastreado um modelo alternativo à *Itabira Iron* para a solução do problema siderúrgico, baseado em insumos estritamente nacionais e infenso à exportação do minério de ferro. Com a elevação desse novo modelo ao *status* de política nacional ocorreu uma polarização no debate sobre o problema siderúrgico entre essas duas alternativas. Não pretendo aqui minorar a importância dessa verdadeira reviravolta nos debates então em andamento. A questão de interesse é como interpretá-la e como compreendê-la. Pires do Rio, ministro da Viação de Epitácio Pessoa e redator do malfadado contrato Itabira, tinha toda razão em afirmar que “os motivos para a recusa do contrato eram outros e não os alegados” (Pires do Rio 1926b, p. 5). Se o estado de Minas Gerais e, em particular, Arthur Bernardes, bem como seu secretário de Agricultura Clodomiro de Oliveira, figuram na historiografia como a origem e a manifestação mais clara de uma posição abertamente contrária à exportação de minério de ferro e ao projeto Itabira em particular, isso deveria ser de se estranhar. Pois, concretamente, ao longo de todo o período, Minas Gerais foi o principal suporte, quando não também a origem, de praticamente todos os projetos de exportação de minério, associados ou não à siderurgia, e particularmente o da *Itabira* (veja Barros 2011). De fato, Minas se colocava potencialmente como um dos principais, senão o principal, beneficiário da exploração dessas reservas minerais. Isso era patente aos contemporâneos e transbordava ocasionalmente em abertas acusações de “regionalismo”.

Bernardes ao Congresso Mineiro em 1922”; Oliveira 1924; Ribeiro da Silva 1922; Senna 1924.

⁶⁰Pessôa, “Mensagem de Epitácio Pessoa ao Congresso Nacional de 1921”, p. 30.

⁶¹Nos termos da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados (Pessoa 1957, p. 334).

⁶²[Raul Soares] a Miguel Calmon, 27 de jul. de 1923, CPDOC – RS c 1923.07.23/1; [Carl] Bretz a Luiz da Rocha Miranda, 30 de nov. de 1925, Rio de Janeiro, CPDOC – CM c 1925.12.26; T. Thiem a Christiano Machado, 19 de fev. de 1926, Rio de Janeiro, CPDOC – CM c 1925.12.26; T. Thiem a João Franzen de Lima, 20 de mar. de 1926, Rio, CPDOC – CM c 1925.12.26; T. Thiem a Christiano Machado, 13 de abr. de 1926, Rio de Janeiro, CPDOC – CM c 1925.12.26.

A oposição liderada por Bernardes ao contrato Itabira a partir de 1921 é uma exceção histórica. O discurso antiexportador associado a ela também, e deve ser tomado com uma boa dose de ceticismo. Assim, não deveria nos surpreender o fato de que a política de Arthur Bernardes não teve continuidade após o fim de seu governo, nem no âmbito federal nem em seu próprio Estado. Com Washington Luís e Antonio Carlos a *Itabira* voltou a gozar da posição de projeto de governo. O que, àquela altura, representava apenas um retorno à normalidade.

Considerações finais

Não quero sugerir aqui que o nacionalismo não tivesse um papel central no debate. Ao contrário, toda a diversidade de interesses em jogo procurava abrigar-se sob a égide do nacionalismo. O interesse nacional era praticamente o único a conferir real legitimidade às diferentes propostas em disputa. Assim, era natural que todas as partes pleiteassem o rótulo e se declarassem, todos, os verdadeiros portadores da bandeira. Por isso mesmo, o nacionalismo merece, sem dúvida, o destaque que recebeu na historiografia na reconstrução dos debates à época. Não pode, contudo, justamente por essa ubiquidade, ser empregado como fator *explicativo* para as tensões políticas que subjaziam às discussões sem as mediações necessárias.

Em particular, como vimos ao longo deste trabalho, não podemos reduzir os interesses estrangeiros ao mero desígnio de explorar as reservas minerais brasileiras e a uma resistência à implantação da siderurgia no Brasil. A entrada da ARBED no Brasil, nas circunstâncias em que se deu, só é compreensível à luz das importantes cisões internacionais com relação à exportação de minério de ferro brasileiro no período entreguerras. O caso mostra claramente que as tentativas de mobilizar as grandes reservas brasileiras de minério de ferro também no exterior dividiam os interesses em campos distintos e, por vezes, opostos. Analisado o problema apenas no eixo nacional-estrangeiro, a criação e o comportamento da Belgo-Mineira no Brasil permaneceram como um a espécie de ponto cego interpretativo tanto no debate como na historiografia. De fato, a Belgo-Mineira, ao vir para o país para realizar a produção siderúrgica e ao abster-se de realizar a exportação do minério, representava simplesmente o oposto daquilo que se atribuía ao presumido interesse estrangeiro. Não por acaso, ela teve que ser absorvida pela interpretação nacionalista como um caso especial. Nos termos de Arthur Bernardes, justamente em contraposição à *Itabira*, a Belgo-Mineira era “não imperialista” (apud Gauld 1972, p. 312). Onde a lógica derrapa, é necessário redobrar a atenção.

O caso também convida a comparar, do ponto de vista dos interesses brasileiros, bem como do ponto de vista dos interesses mineiros, as duas formas de participação estrangeira oferecidas, de um lado, pela *Itabira Iron* e, de outro, pela Belgo-Mineira. Especialmente porque os dois projetos apresentaram-se como antagônicos. Concretamente, a Belgo-Mineira foi praticamente acolhida como nacional enquanto a *Itabira* permaneceu retratada como a verdadeira antítese do nacional (veja Gomes 1983, pp. 189–99)[173-176]Martins1976. E essa diferença na recepção brasileira a ambas as empresas impregna até hoje boa parte da historiografia. Contudo, sem admitirmos que as duas empresas eram, à época, essencialmente comparáveis, tanto do ponto de vista nacional quanto do ponto de vista mineiro, *apesar dos discursos a respeito delas*, o próprio debate perde muito do seunexo. Como compreender que o projeto Itabira, em suas múltiplas versões, permaneceu em negociação no país por quase trinta anos, entre 1909 e 1939, sem admitir que havia uma ampla base de sustentação interna, brasileira, a ele? O “poderoso” Farquhar e os interesses velados por trás dele teriam sido capazes de impor um contrato que não interessaria ao Brasil, com a ajuda dos seus “representantes” no país?

Que a ARBED tenha vindo ao Brasil para realizar produção siderúrgica e que Minas tenha se convertido a uma posição abertamente em antiexportadora, mesmo que da boca pra fora, são ambos fatos absolutamente surpreendentes, e que foram deixados praticamente inexplicados na historiografia. A entrada da ARBED no país, na forma em que se deu, permaneceu envolta em especulação e uma boa dose de mistério. E a circunstância de Minas ter se colocado à proa de um discurso antiexportador foi naturalizada nela a ponto de ter se convertido numa das principais facetas das interpretações tradicionais.

No entanto, o reconhecimento das cisões, no plano internacional, a respeito das consequências

potenciais dos projetos de exportação de minério de ferro brasileiro no entreguerras, e do projeto Itabira em particular, como foi feito neste trabalho, nos permite compreender ambas as coisas. Um acordo travado entre o estado de Minas Gerais e os interesses europeus representados pelo Rei Alberto na ocasião de sua visita ao Brasil em 1920 dá conta de explicar essas verdadeiras excepcionalidades no comportamento dos agentes no período.

Referências

Arquivos

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora.
AHUFJF – CT009 Coleção Galba di Mambro (sobre a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira).
Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.
AN – SC Fundo Percival Farquhar.
Bundesarchiv (Arquivo Federal). Berlim, Alemanha.
BArch Bundesarchiv.
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro.
CPDOC – CM Arquivo Cristiano Machado.
CPDOC – EMS Arquivo Edmundo de Macedo Soares.
CPDOC – RS Arquivo Raul Soares.

Periódicos

Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (BSGM). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio.
Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes (Leg. MG). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado.
Diário do Congresso Nacional (DCN). Rio de Janeiro: Brasil.
Diário Oficial (DO). Brasil.
Mensagens governamentais. Mensagens do Governador do Estado ao respectivo Legislativo estadual.
Mensagens presidenciais. Mensagens do Presidente da República ao Congresso Nacional.
O Observador Economico e Financeiro (OEF). Rio de Janeiro.
Statistical Year-book of the League of Nations. Geneva, Switzerland: League of Nations.

Publicações

Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange (ARBED) ([1964]). *Un demi-siècle d'histoire industrielle 1911–1964*.

Baer, Werner (1969). *The development of the Brazilian steel industry*. Nashville, TN: Vanderbilt Univ. Press.

Barros, Gustavo (2011). “O problema siderúrgico nacional na Primeira República”. Tese de doutorado. São Paulo: FEA–USP. doi: 10.11606/T.12.2011.tde-24012012-135049.

– (jan.–jun. de 2013). “O Desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940. Criação de empresas e evolução da capacidade produtiva”. *Revista Heera* 8.14, pp. 9–32.

– (30 de jul. de 2014). “Discurso e contexto. Política siderúrgica no primeiro governo Vargas (1930–1937)”. URL: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/57656/>.

Bastos, Humberto ([1959]). *A conquista siderúrgica no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora.

Belini, Claudio (2017). *Historia de la industria en la Argentina. De la Independencia a la crisis de 2001*. Buenos Aires: Sudamericana.

Boemeke, Manfred F., Gerald D. Feldman e Elisabeth Glaser, ed. (1998). *The Treaty of Versailles. A reassessment after 75 years*. Cambridge: Cambridge University Press.

Callaghan, William Stuart (1981). “Obstacles to Industrialization. The Iron and Steel Industry in Brazil during the Old Republic”. Tese de doutorado. University of Texas at Austin.

Carvalho, Elysio de (1919). *Brasil, potencia mundial. Inquerito sobre a industria siderurgica no Brasil*. Rio de Janeiro: S. A. Monitor Mercantil.

Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (CTEF) (out. de 1938). *A grande siderurgia e a exportação de minério de ferro brasileiro em larga escala*. Rio de Janeiro.

- Derby, Orville A. (jul.–set. de 2010). “The iron ores of Brazil”. *REM. R. Esc. Minas* 63.2, pp. 473–79.
- Evans, Richard J. (2009). *The Third Reich at War. How the Nazis Led Germany from Conquest to Disaster*. New York: The Penguin Press.
- Fertik, Ted (set. de 2014a). “Packaging Industrialization and Selling It. State-Guaranteed Export Financing and Nationalist Industrialization, 1920–1940”. History Project “Institutions, Credit, and the State” Conference.
- (3–4 de abr. de 2014b). “Transnational Actors in the Service of Economic Nationalism. U.S. Firms, Engineers, and Officials in the Creation of the Brazilian National Steel Industry”. International conference “American (Inter)Dependencies: New Perspectives on Capitalism and Empire, 1898–1959”, New York University.
- Fontaine, Pascal (2000). *A new idea for Europe. The Schuman declaration – 1950–2000*. 2ª ed. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Gauld, Charles A. (1972). *The last titan. Percival Farquhar, American entrepreneur in Latin America*. Stanford, CA e Felton, CA: California Institute of International Studies e Glenwood Publishers.
- Gomes, Francisco Magalhães (1983). *História da siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda.
- Gonsalves, Alpheu Diniz (1937). *O ferro na economia nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura.
- Luz, Nícia Vilela (jun. de 1961). *A luta pela industrialização do Brasil, 1808 a 1930*. São Paulo: Difel.
- Martins, Luciano (1976). *Pouvoir et développement économique. Formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Éditions Anthropos.
- Moreira, Regina da Luz (2000). *CSN. Um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro: Fundação CSN.
- Moyen, François (2007). *A História da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Uma trajetória de crescimento consistente (1921–2005)*. Belo Horizonte: Belgo, Fundação Belgo (Grupo Arcelor).
- Oliveira, Clodomiro de (1914). “Indústria siderúrgica”. Ouro Preto: Oficinas da Casa Mattos.
- (1924). “Problema Siderúrgico”. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio.
- (1934). *A concessão Itabira Iron*. Belo Horizonte.
- Peláez, Carlos Manuel (1972). *História da industrialização brasileira. Crítica à teoria estruturalista no Brasil*. Rio de Janeiro: APEC.
- Pessoa, Epitácio (1957). *Pela verdade*. Tomo I. Obras completas, vol. XXI. Rio de Janeiro: I.N.L.
- Pimenta, Dermeval José (1950). *O minério de ferro na economia nacional. O Vale do Rio Dôce*. Rio de Janeiro.
- Pires do Rio, J. (1926b). “O nosso problema siderúrgico”. Rio de Janeiro.
- Rady, Donald Edmund (1973). *Volta Redonda. A steel mill comes to a Brazilian coffee plantation, Industrial entrepreneurship in a developing economy*. Albuquerque, New Mexico: Rio Grande Publishing Co.
- “Revisão do contracto da Itabira Iron” (1934). “Relatório e minuta de contracto organizado pela Comissão nomeada de ordem do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisorio, pelo Exmo. Sr. Ministro da Viação, Dr. José Américo de Almeida”.
- Ribeiro da Silva, Raul (1922). “O Problema da siderurgia no Brasil e o contracto da Itabira Iron Ore Company Limited”. Rio de Janeiro.
- Rocchi, Fernando (2006). *Chimneys in the desert. Industrialization in Argentina during the export boom years, 1870–1930*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Santos, Antônio César (1986). “O Problema do trabalho na industrialização em Minas Gerais. O Caso da siderurgia”. Dissertação de mestrado. CEDEPLAR–UFMG.
- Senna, Nelson de (1924). “O Problema da Siderurgia Nacional”. Rio de Janeiro: Imp. Nacional.
- Silva, Lígia Osório (1997). “A crise política no quadriênio Bernardes. Repercussões políticas do ‘caso Itabira Iron’”. Em: *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. Org. por H. C. Lorenzo e W. P. Costa. São Paulo: Editora da UNESP, pp. 15–35.
- Soares e Silva, Edmundo de Macedo (1972). *O Ferro na história e na economia do Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil.
- Sundquist, Björn e Christer Nordlund (dez. de 2004). “Science and Honour. The 11th International Geological Congress in Stockholm 1910”. *Episodes* 27.4, pp. 284–92.
- Triner, Gail D. (2011). *Mining and the State in Brazilian Development*. London: Pickering & Chatto.
- Weinberg, Gerhard L. (1994). *A World at Arms. A Global History of World War II*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wirth, John D. (1970). *The politics of Brazilian development, 1930–1954*. Stanford, CA: Stanford Univ. Press.